

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MIRIAN GOMES DE SOUZA

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO LITORAL PARANAENSE: UM OLHAR PARA AS
PATRULHAS MARIA DA PENHA

MATINHOS

2022

MIRIAN GOMES DE SOUZA

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO LITORAL PARANAENSE: UM OLHAR PARA AS
PATRULHAS MARIA DA PENHA

Dissertação apresentada como requisito para a
titulação de mestre, do Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Territorial
Sustentável, Setor Litoral da Universidade Federal
do Paraná.

Orientador Prof. Dr. Clóvis Wanzinack

MATINHOS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

S729v Souza, Mirian Gomes
A violência doméstica no Litoral Paranaense: um olhar para as patrulhas Maria da Penha / Mirian Gomes Souza ; orientador Clóvis Wanzinack. – 2022.
89 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2022.

1. Maria da Penha. 2. Violência doméstica. 3. Política pública. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 320.6082



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **MIRIAN GOMES DE SOUZA** intitulada: **A violência doméstica no Litoral Paranaense: Um olhar para as patrulhas Maria da Penha**, sob orientação do Prof. Dr. CLÓVIS WANZINACK, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 29 de Setembro de 2022.

Assinatura Eletrônica

29/09/2022 16:32:14.0

CLÓVIS WANZINACK

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

29/09/2022 16:40:27.0

MARCOS CLÁUDIO SIGMORELLI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

14/10/2022 10:29:34.0

MARIA LUCIA BUHER MACHADO

Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ)

RUA JAGUARIAÍVA, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil
CEP 83260-000 - Tel: (41) 3511-8371 - E-mail: ppgdts@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 225537

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prrpg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 225537



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

ATA Nº127

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRA EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

No dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e dois às 14:00 horas, na sala Sala 15 B, Plataforma virtual <https://meet.jit.si/defesamestradomirian>, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda **MIRIAN GOMES DE SOUZA**, intitulada: **A violência doméstica no Litoral Paranaense: Um olhar para as patrulhas Maria da Penha**, sob orientação do Prof. Dr. **CLÓVIS WANZINACK**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: **CLÓVIS WANZINACK** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), **MARCOS CLÁUDIO SIGNORELLI** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), **MARIA LUCIA BUHER MACHADO** (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela **APROVAÇÃO**. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestra está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, **CLÓVIS WANZINACK**, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

MATINHOS, 29 de Setembro de 2022.

Assinatura Eletrônica

29/09/2022 16:32:14.0

CLÓVIS WANZINACK

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

29/09/2022 16:40:27.0

MARCOS CLÁUDIO SIGNORELLI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

14/10/2022 10:29:34.0

MARIA LUCIA BUHER MACHADO

Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ)

RUA JAGUARIAÍVA, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil

CEP 83260-000 - Tel: (41) 3511-8371 - E-mail: ppgdts@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 225537

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 225537

“A vida começa quando a violência acaba”.

(Maria da Penha)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente às forças que regem o universo pela oportunidade de estar vivendo esta vida.

Agradeço aos meus pais pela luta que travaram para conseguir criar a mim e a minha irmã, principalmente à minha mãe guerreira que por vezes fez o papel de pai. Mesmo que hoje eles não possam estar presentes nesta minha conquista, sei que onde estiverem estão felizes por mim.

Ao meu marido, companheiro e amigo que me aturou quando nem eu mesma me aturava.

Aos meus professores que me ensinaram e me apoiaram.

Ao meu orientador pela dedicação.

Aos meus amigos e amigas companheiros e companheiras de estudo pelo ombro amigo.

A todos e a todas que de alguma maneira fizeram parte dessa trajetória acadêmica, meu muito obrigada.

RESUMO

A violência de gênero está conexas com a relação de poder, entre os sexos masculinos sobre o feminino, padrão este que encontra suas raízes no modelo patriarcal na qual foi constituída nossa sociedade, demarcando os papéis de homens e de mulheres, subjugando essas mulheres e deixando-as em posição de inferioridade frente ao gênero masculino. Partindo desses pressupostos, que esta pesquisa se orienta, ou seja, no enfrentamento da violência doméstica no litoral paranaense, onde buscou trazer as vivências dos (as) agentes de segurança pública, que atuam na Patrulha Maria da Penha para conhecer e analisar como as políticas públicas estão sendo implantadas e efetivadas no território. Para isso, foi adotada uma perspectiva de análise que transita entre duas abordagens, sendo a primeira uma abordagem quantitativa por meio da análise de dados secundários que versam sobre o tema da violência doméstica no Brasil, e no Paraná, assim como no litoral paranaense; esses dados corroboram e dão embasamento a pesquisa realizada frente as bibliografias publicadas nas bases de dados da Pubmed, Lilacs e Medline sobre os tópicos de violência de gênero, políticas públicas e segurança pública, assim como as teorias que versam sobre estado, políticas públicas, território e desenvolvimento que visam dar embasamento na revisão de literatura. Em consonância a esta, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo com os (as) profissionais da Patrulha Maria da Penha em formato de entrevista semiestruturada e sistematizadas pelo software NVIVO, que resultou em um artigo e um capítulo nesse estudo. Por fim, destacou-se além da implantação de leis de enfrentamento a violência de gênero, a importância dos (as) profissionais que executam o trabalho com as mulheres em situação de violência, ou seja, os (as) profissionais da linha de frente. Os resultados se apresentam através das falas dos (as) profissionais entrevistados (as), sendo que a partir destas visou-se compreender como estes (as) percebem a qualidade dos serviços prestados as mulheres em situação de violência doméstica no litoral do Paraná e, foi a partir desses olhares, que algumas demandas foram levantadas, questões essas que contribuem para o mapeamento de competências e para ações de planejamento voltadas ao desenvolvimento e empoderamento das mulheres vítimas de violência. Sinaliza-se por meio desse estudo que é preciso, além de leis, que existam profissionais preparados, formados e engajados no enfrentamento a violência doméstica, buscando dar um melhor suporte as vítimas, formação específica dos (as) profissionais, num âmbito geral da corporação, principalmente nas questões sobre gênero (visto que, a lei abrange diversos tipos de gênero); entender as diferenças que vão além do feminino e masculino, a implantação de delegacias especializadas para atendimento as vítimas em todos os municípios, assim como Institutos Médicos Legais. Ampliar cada vez mais o atendimento a violência doméstica é de suma importância para as mulheres e para seus filhos (as). Isso pode ser feito por meio das escolas, da saúde, de companhias educativas via redes sociais e mídia locais, visto que muitas ainda não conhecem seus direitos contidos em lei.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Segurança Pública. Políticas Públicas. Patrulha Maria da Penha, Litoral do Paraná.

ABSTRACT

Gender violence is connected with the power of gender, between males over females, a pattern that finds its own in the patriarchal model in which our society was constituted, demarcating the roles of roots and women, subjugating these women and observing - them in a position of inferiority compared to the male gender. Starting from these practices of public violence, which this research guides, not domestic violence on the coast, where it sought to bring as public security, which agency in the Maria da Penha Patrol to know and how public domestic violence is being implemented and carried out in this territory. For this, a perspective that transits between approaches was studied, being an alternative approach to the middle of the first analysis of data that deal with the theme of domestic violence in Brazil, and in Paraná, as well as in the coast of Paraná; these data corroborate and support the research carried out as bibliographies published in the Pubmed, Lilacs and Medline databases on issues of gender violence, public policies and public security, as well as theories that deal with state, policies and development that aim to support in the literature review. In line with this, a qualitative research was carried out with the professionals of the Patrulha Maria da Penha in a semi-structured interview format and systematized by the NVIVO software, which resulted in an article and a chapter in that study. Finally, in addition to the implementation of laws to combat gender violence, the importance of professionals who work with women in situations of violence, that is, front-line professionals, stood out. The results are presented through the speeches of the professionals interviewed, and from these we aimed to understand how they perceive the quality of services provided to women in situations of domestic violence on the coast of Paraná and, it was from these perspectives that some demands were raised, questions that contribute to the mapping of competences and to planning actions aimed at the development and empowerment of women victims of violence. Through this study, it is necessary, in addition to laws, that there are professionals prepared, trained and engaged in fighting domestic violence, seeking to better support victims, specific training of professionals, in a general scope of the corporation. , mainly on gender issues (since the law covers different types of gender); to understand the differences that go beyond the feminine and masculine, the implantation of specialized police stations to assist the victims in all the cities, as well as Legal Medical Institutes. Increasingly expanding care for domestic violence is of paramount importance for women and their children. This can be done through schools, health, educational campaigns via social networks and local media, as many still do not know their rights contained in the law.

Keywords: Domestic violence. Public security. Public policy. Maria da Penha Patrol, Coast of Paraná.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Mapa do litoral do Paraná	24
FIGURA 2	Fluxograma da estrutura da dissertação.....	30
FIGURA 3	Nuvem de palavras relacionada à formação dos profissionais	57
FIGURA 4	Nuvem de palavras relacionada ao tipo de ocorrência.	61
FIGURA 5	Nuvem de palavras relacionada a atuação dos (as) agentes.	63
FIGURA 6	Nuvem de palavras relacionada a atuação dos (as) agentes.	64

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Homicídios de mulheres no Brasil e no Paraná	34
GRÁFICO 2	Violência interpessoal autoprovocada	35

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Descritores e operadores booleanos na busca por artigos	32
QUADRO 2	Identificação de estudos independentes para inclusão na revisão de literatura	33

LISTA DE GRÁFICOS

TABELA 1	Medidas protetivas	35
----------	--------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação Contra a Mulher.
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde.
DDMS	Delegacias de Defesa das Mulheres.
GCM's	Guardas Civis Municipais.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
LILACS	Literatura Latino-Americana e Caribe em Saúde Pública.
MEDLINE	Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica.
OEA	Organização dos estados Americanos.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
ONU	Organização das Nações Unidas.
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde.
PIB	Produto Interno Bruto.
PNEVM	Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres.
PROJUDI	Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná.
PUBMED	National Library of Medicine.
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade.
SESP/PR	Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná.
SPM/PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres do Paraná.
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.
PNPP	Plano Nacional de Políticas Públicas.
CEDM	Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres.
CEP	Comitês de Ética em Pesquisa.
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
SINAN	Sistema de Informações de Agravos de Notificação.
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 TRAJETÓRIA DE VIDA E A PESQUISA.....	16
1.2 PATRULHA MARIA DA PENHA.....	19
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA	20
1.3.1 Definição do Problema de Pesquisa	20
1.3.2 Delimitação do Problema	20
1.4 OBJETIVOS	20
1.4.1 Objetivo Geral	20
1.4.2 Objetivos Específicos	20
1.5 JUSTIFICATIVA	21
1.5.1 Caracterização do campo de pesquisa	22
1.5.2 Município de Matinhos.....	25
1.5.3 Município de Paranaguá.....	26
1.5.4 Município de Pontal do Paraná	27
2 METODOLOGIA	28
2.1 NOTAS SOBRE A METODOLOGIA	28
3 REVISÃO DE LITERATURA	31
3.1 LEVANTAMENTO DOS DADOS SOBRE VIOLÊNCIA.....	31
3.1.2 Atlas e Anuário da Violência.....	34
3.1.3 Apreciação dos dados	36
4 REFERENCIAL TEÓRICO	38
4.1 GÊNERO FEMININO	38
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO ..	40
4.2.1 Contexto histórico político do Estado da Lei 11.340/2006 “Lei maria da Pena	40
4.2.2 Movimentos Feministas e Políticas Públicas.....	42
4.3 SEGURANÇA PÚBLICA	43
4.3.1 O território da violência de Gênero.....	44
4.3.2 Dispositivos de Enfrentamento à Violência contra a mulher.....	46
5 VIVÊNCIA DOS (AS) PROFISSIONAIS DA PATRULHA MARIA DA PENHA NO LITORAL DO PARANÁ SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70

ANEXO 1 – ENTREVISTAS.....	78
ANEXO 2 – TERMO DE CONCORDÂNCIA	80
ANEXO 3 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	84
APÊNDICE – NUVENS DE PALAVRAS GERADAS À PARTIR DA ANÁLISE SEMÂNTICA DO SOFTWARE NVIVO	88

1 INTRODUÇÃO

1.1 TRAJETÓRIA DE VIDA E A PESQUISA

Esta pesquisa procura trazer as vivências dos (as) agentes de Segurança Pública que atuam na Patrulha Maria da Penha, no Litoral do Paraná. A partir de seus relatos, verificar como está sendo realizado o enfrentamento da violência contra a mulher, os desafios diários por eles (as) encontrados, assim como compreender a dinâmica de seus trabalhos.

O objeto do estudo passou a fazer parte do processo de inquietação da pesquisadora no percurso da sua vida acadêmica, no Curso de Ciências Sociais. Foi na graduação que teve contato com as questões de gênero, trabalho e sociedade, bem como no campo profissional, por atuar como Guarda Civil Municipal e vivenciar com frequência situações envolvendo os mais diversos tipos de violência. Destas, a violência de gênero merece especial atenção, bem como a constituição das Patrulhas Maria da Penha como instrumento para auxiliar no atendimento às mulheres vítimas de violência.

Conceituar o tema sobre a violência não é algo fácil, pois ela se apresenta de várias formas e pode ser instituída de diversas maneiras. Segundo Minayo (2006), a violência é múltipla e polissêmica, sendo assim, ela pode afetar de forma isolada ou geral a vida das pessoas. Isoladamente, quando o indivíduo sofre alguma ação direta, como: assalto, roubo, agressão; e, de maneira geral, quando a sociedade passa por guerras, revoluções e conflitos que trazem uma sensação de insegurança capaz de mudar suas rotinas de vida e alterar suas relações sociais. Por vezes a violência é atribuída como parte da condição humana, como nos relata Da Matta (1982, p. 12), porém: “não se pode deixar de investigar o conjunto de valores que estão associados a certas formas de violência em sociedades específicas”, ou seja, cada sociedade em seu tempo vai aceitar ou não algumas formas de violência.

As transformações sociais trazidas com as Revoluções a partir do século XVIII, mudou a maneira de viver nas sociedades, suas formas de produção e também sua socialização com os demais indivíduos. Se antes vivia-se em uma sociedade mecânica (pré-capitalista), onde as atividades eram divididas de formas bem pontuais, hoje vive-se em uma sociedade orgânica (pós-capitalista), ou seja, causa uma interdependência nos indivíduos e em suas relações, esses pressupostos de

Durkheim (2011), ajudam na ampliação do olhar para a sociedade. A mudança para o século XX ampliou ainda mais as formas nas quais as sociedades se apresentam, ou seja, são mais complexas, em todos os campos: sociais, econômicos e de produção. Conforme as sociedades se desenvolvem, ampliam o modo de vida e a compreensão de sua existência. Assim, fatos sociais como a violência diminuiriam, conforme sistemas ou consciências fossem ampliados. Contudo, a violência não diminuiu, ao contrário, maneiras e manifestações da violência foram ampliados, se antes lutavam com espadas, agora existem armamentos ainda mais sofisticados. Hannah Arendt (2004, p. 04) ilustra essa problemática entendendo que “o progresso técnico dos instrumentos da violência alcançou agora o ponto onde objetivo político algum poderia corresponder ao seu potencial de destruição ou justificar o seu emprego real em conflitos armados”.

Paviani (2016, p. 08) salienta que “essas características gerais do conceito de violência variam no tempo e no espaço”, e precisam ser levados em conta todos esses contextos para que seja possível compreender esse processo de violência. Existe, porém, uma certeza: que a violência pode ocorrer sob várias formas, como a violência física, psicológica, de gênero, de etnia, contra grupos de indivíduos por sua posição política, religiosa, sexual ou por sua cor. Nesse sentido, esta pesquisa procura explorar a violência contra o gênero feminino e como ela se apresenta na sociedade atual.

Para Heleieth Saffioti (2004), as relações de desigualdade entre os gêneros não são dadas, mas construídas. Por muito tempo essa construção de superioridade masculina justificou a violência contra as mulheres, principalmente dentro de suas casas. Jocelaine Arruda (2015, p. 30) reforça que a violência de gênero pode ser entendida como:

Uma construção social e cultural na qual as formas de agir – masculina e feminina – são introjetadas e naturalizadas. É uma forma de violência que atinge quaisquer pessoas ou grupos, mas que, no entanto, no caso brasileiro, por influência de séculos de império de poder patriarcal, ainda que não só por ele, e dos preconceitos raciais, étnicos de gênero e de classe que traz insculpido, atinge principalmente as mulheres. (ARRUDA, 2015. P.30)

A violência contra o gênero feminino não é algo novo, principalmente a violência que ocorre no âmbito familiar que é vista por Lanna Barbosa (2021, p. 66) como aquela que: “fica ainda mais evidente a partir do novo modelo econômico que

se instala em nossa sociedade a partir do século XIX”, com a divisão sexual do trabalho e com o alargamento do Patriarcalismo.

Nesse contexto, Helena Hirata (2007, p. 596) retrata que “a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos”, e, desse modo, é possível entender o pensamento de Daniele Kergoat (2007, p. 58) quando afirma que “a divisão sexual do trabalho não está desconectada das discussões sobre as relações sociais de sexo”.

Assim, no sentido de enfrentar a violência contra as mulheres é que os direitos humanos e os movimentos feministas buscaram instituir leis que auxiliassem as mulheres vítimas de violência. Dessa maneira, o movimento feminista levantou suas pautas e se organizou para reivindicar seus direitos. Um exemplo brasileiro dessas reivindicações, conforme citado por Leila Linhares Barsted, é a “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, de 1988, que contemplava as principais reivindicações do movimento de mulheres: “é nesse cenário de luta política por inclusão e afirmação de direitos que se constituiu o movimento feminista, tributário de uma tradição de lutas das mulheres brasileiras ao longo de nossa história” (BARSTED, 2018, p. 24).

A Organização das Nações Unidas (ONU) começou a promover uma série de Convenções sobre os Direitos das Mulheres. A primeira foi a “Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres” (CEDAW), promulgada pela ONU em 1979; a partir dessa foi criada as Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) em 1980, a segunda convenção realizada foi; a “Convenção Interamericana para prevenir e erradicar a violência contra a mulher”, realizada em 1994 na cidade de Belém do Pará; dessa constitui -se a promulgação do “Dia Internacional da Violência contra a Mulher” instituída no dia 25 de novembro de 2000, e a promulgação da Lei mais importante de combate à violência brasileira a Lei nº 11.340/2006, conhecida como “Lei Maria da Penha”. Nove anos após a publicação da Lei Maria da Penha foi dado mais um importante passo através da Lei 13.104 de 09 de março de 2015, que inseriu, no Código Penal brasileiro, o crime de “Feminicídio”, com pena de 12 a 30 anos de reclusão.

Nesse sentido, outro importante mecanismo adotado pelos Estados e Municípios brasileiros, que visa contribuir na luta contra a violência do gênero feminino, foi a incorporação das Patrulhas Maria da Penha dentro das instituições de Segurança Pública.

1.2 PATRULHAS MARIA DA PENHA

A Lei Federal 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, prevê, dentre os seus capítulos e incisos, a criação de mecanismos de proteção e amparo às mulheres vítimas de violência. Para auxiliar nesse processo de enfrentamento, tramita no senado o Projeto de Lei 7.181/17, que visa a criação das Patrulhas Maria da Penha em âmbito nacional delineando suas diretrizes e regras gerais. Enquanto esse Projeto não é aprovado pelo Governo Federal, alguns Estados e Municípios se anteciparam e criaram as Patrulhas Maria da Penha, através de Leis Estaduais.

O primeiro Estado a instituir a Patrulha Maria da Penha (PMP), foi o Estado do Rio Grande do Sul, em sua capital Porto Alegre, no ano de 2012. Esta se encontra dentro da estrutura da Polícia Militar, e concentra-se no 19º Batalhão de Porto Alegre, atuando em 27 municípios.

No Paraná, através da Lei 19.788/2018, foi implantado esse dispositivo no Estado, seguindo as mesmas premissas do Estado do Rio Grande do Sul. Todavia, o TJPR (Tribunal de Justiça do Paraná), através de convênios com os municípios, conseguiu ampliar a atuação dessas Patrulhas para as Guardas Civis Municipais; sendo Curitiba em 2014, a primeira cidade do Paraná, a possuir a Patrulha Maria da Penha, no quadro da Guarda Civil Municipal em seu município. Seus integrantes cumprem suas escalas de serviço na Casa da Mulher Brasileira da cidade, sendo este outro ponto positivo que a capital do Estado implantou visando o acolhimento das mulheres em situação de violência. A Patrulha Maria da Penha da cidade de Curitiba, hoje, é referência para os demais municípios litorâneos do Estado.

O litoral paranaense é composto por sete municípios: Antonina, Paranaguá, Matinhos, Morretes, Guaraqueçaba, Pontal do Paraná e Guaratuba; onde três desses já possuem implantada a Patrulha Maria da Penha, na estrutura da Guarda Civil Municipal, sendo eles: Paranaguá (2019), Pontal do Paraná (2017) e Matinhos (2020). Os demais municípios litorâneos não possuem Guarda Civil Municipal, entretanto, no segundo semestre de 2021, o 9º Batalhão da Polícia Militar, situado na cidade de Paranaguá, institui uma equipe de Patrulha Maria da Penha em seu quadro. Entretanto, esta pesquisa centrou-se nos três municípios litorâneos e na Guarda Civil Municipal, tomando por base as vivências dos (as) profissionais que atuam na Patrulha Maria da Penha desses três municípios.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

1.3.1 Definição do Problema de Pesquisa

Quais as vivências dos (as) profissionais da Patrulha Maria da Penha sobre o processo de enfrentamento à violência contra a mulher no Litoral do Paraná?

1.3.2. Delimitação do Problema

Examinar o processo de implantação das Patrulhas Maria da Penha, da Guarda Civil Municipal no Litoral do Paraná a partir dos municípios que já possuem instituídos em seu quadro de serviço essas equipes, (Paranaguá, Matinhos e Pontal do Paraná). A vivência dos (as) agentes, é verificada por meio de entrevista e com o auxílio de um software para analisar as falas dos (as) entrevistados (as). Ademais, mapear as pesquisas e estudos sobre a temática da violência contra as mulheres em fontes bibliográficas e também dados secundários.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Este estudo tem como objetivo uma análise sobre o enfrentamento da violência doméstica, no litoral paranaense, a partir dos relatos de vivência dos (as) profissionais que atuam na “Patrulha Maria da Penha” da Guarda Civil Municipal.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Identificar as políticas públicas, implantadas na área de segurança, no Litoral do Paraná a partir dos municípios que possuem a Patrulha Maria da Penha.
- Analisar a dinâmica territorial da segurança pública de enfrentamento à violência doméstica no Litoral do Paraná.
- Conhecer a vivência e os desafios dos (as) profissionais que atuam nas Patrulhas Maria da Penha no Litoral do Paraná.

1.5 JUSTIFICATIVA

As reflexões sobre o tema da violência contra as mulheres são de notória importância para a sociedade. Amartya Sen (2010), expõe que não há desenvolvimento pleno do indivíduo sem suas condições essenciais de vida. A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 1993) declarou que a violência se converteu em um problema de saúde pública, ou seja, não afeta somente o indivíduo isoladamente, mas toda a sociedade, tendo em vista que traz consequências às famílias, ao trabalho, à segurança, à saúde e ao território. No ano de 2020 a OPAS relatou que uma (01) em cada três (03) mulheres já sofreram algum tipo de violência física ou sexual, sendo, portanto, a violência um grande desafio às políticas públicas e a agenda de desenvolvimento de todo o país.

Dados levantados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), publicado no Atlas da Violência de 2020, referente a homicídios de mulheres no Brasil, contabilizou um total de 4.519 casos de mulheres assassinadas, o que representa uma taxa de 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino. Nessa mesma pesquisa observou-se que o Estado do Paraná apresentou uma taxa de 3,8 homicídios e 1,5 feminicídios e, que a maioria dos agressores são os companheiros da vítima ou pessoas do seu convívio familiar.

Pesquisa realizada por Wanzinack e Melo (2021, p. 194), mostrou que a região Sul, no ano de 2019, contabilizou um total de 540 homicídios femininos e destes, 189 foram no Estado do Paraná.

[...] Existe uma grande dificuldade de contabilizar em números reais a quantidade de vítimas de violência no Brasil. Muitos episódios de violência ocorrem inclusive no ambiente privado do lar, a denominada violência doméstica, que é de difícil dimensionamento. Existem vários motivos para que isso ocorra, entre eles, nem sempre a vítima está disposta a procurar ajuda, seja por medo do agressor ou sociedade, vergonha, fatores financeiros entre outros. Tem sido complexo avaliar a violência, pois ela nem sempre é informada, especialmente no que se refere a dor da perda humana. (WANZINACK, 2018, p. 23).

Na região litorânea do Paraná, que abrange sete municípios, Daniele Schneider (2015) em sua pesquisa *“Violência (s) Gênero e Território: Mulheres Trabalhadoras da Segurança Pública no Litoral Paranaense”* verificou que:

No litoral Paranaense, são explícitas as diferentes territorialidades, da desigualdade de oportunidades, principalmente na questão de segurança pública, onde não existem políticas específicas de atuação, se resumindo apenas na intitulada “Operação Verão”. (SCHNEIDER, 2015, p. 85).

Partindo desses pressupostos que a pesquisa se orienta, ou seja, o número crescente de homicídios femininos e os desafios de contabilizar esses dados, como relata Wanzinack (2018) e assim como a questão da falta de efetivo fora da temporada de veraneio relatada por Schneider (2015), busca-se direcionar um olhar para a violência de gênero no Litoral Paranaense, principalmente no enfrentamento da violência através da incorporação das Patrulhas Maria da Penha nas instituições de segurança, assim como para os (as) profissionais que realizam esse trabalho, que têm como prioridade o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica. Estudar a violência doméstica no Litoral do Paraná, por meio de instituições como a Saúde, a Educação e a Segurança é um caminho para à constituição de políticas públicas locais e específicas para esses territórios litorâneos, visando contribuir no atendimento às vítimas de violência doméstica.

1.5.1 Caracterização do campo de pesquisa

O território do Paraná foi povoado pelos indígenas das etnias Guarani e Kaingang. As terras do Paraná pertenciam a Comarca de São Paulo e foi em 1853 que ocorreu a emancipação política, tornando o Paraná uma Província. A questão da disputa territorial e de poder no Estado ocorre desde o seu povoamento até os dias atuais, as lutas territoriais ocorreram como pano de fundo da constituição do Estado.

Falar em território é falar sobre as relações de poder, pois as disputas territoriais não surgem na contemporaneidade, como relata Claude Raffestin (1993) ao dizer que a partir do século XVIII seis princípios influenciam o desenvolvimento das cidades, são eles: a centralização, verticalização, concentração, mediação, heterogeneidade e mecanização. Mesmo que as cidades se constituam de diferentes formas, alguns princípios trazidos por Raffestin são observáveis claramente em diversos tempos e espaços e, entre essas questões territoriais, o poder está no centro do debate.

Sendo o Litoral Paranaense, daquela época pertencente ao Estado de São Paulo, o seu processo de produção, seus recursos vão primeiramente subsidiar a seu provedor. Isso reforça o pensamento de Bobbio (1998) em que as nuances do poder estão ligadas às relações dos indivíduos, sendo o poder exercido por meio de instrumentos ou de coisas, não deriva somente da posse ou do uso de certos recursos, mas também da existência de determinadas atitudes dos sujeitos implicados na

relação. Além disso, é preciso determinar ainda a esfera do Poder, as quais ficam mais nítidas quando se analisa a formação das cidades brasileiras. No caso específico do Paraná, é possível verificar a questão do poder na prevalência da imposição de uma classe sobre a outra, sobre seu modo de vida, o que o leva ao reconhecimento pessoal e as questões identitárias, culturais, políticas individuais e sociais.

O modo de vida que se inicia na região do litoral, e tem-se até os dias atuais mesmo com o processo de industrialização, é em um modelo mais simples, ligado à natureza e às questões da terra. O bioma do litoral paranaense, contribui para este modo de vida, sendo este cercado pela mata atlântica, de paisagens belíssimas, que é parte importante da construção desse território e se configura em um estilo de vida específico e formação dos seus habitantes (BALDIN, 2021).

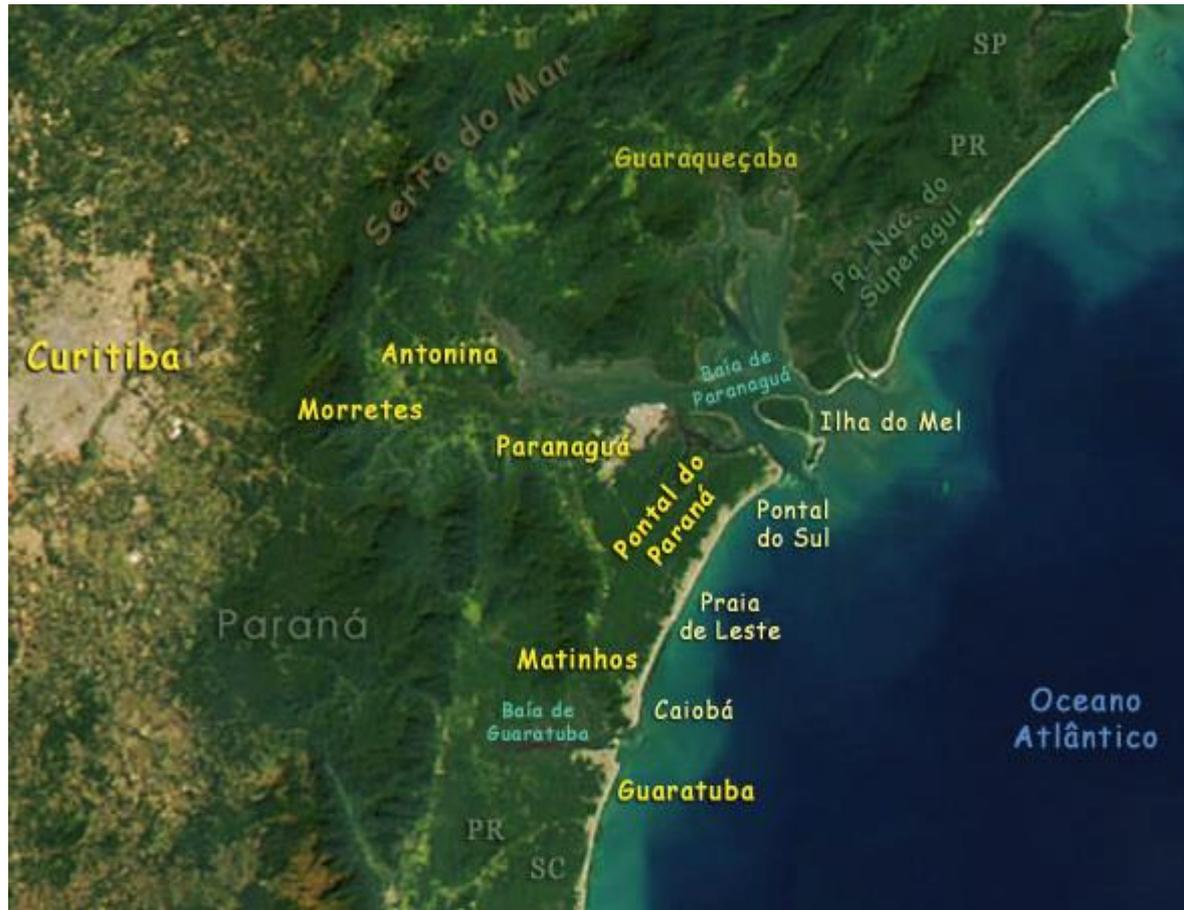
Paisagem, registram os dicionaristas, é a extensão de território que se abrange em um relance de vista. Assim, florestas, pastagens, lavouras, rios, lagos e outros reservatórios de água, bem como unidades de relevo, como topos de morro, encostas, fundos de vale, rios, lagos, podem ser paisagens no olhar de quem vê. (BALDIN, 2021, p.03).

Na contemporaneidade, o modo de vida mais simples, continua fazendo parte da maioria das cidades litorâneas e de suas ilhas, visto que, mesmo com o processo de industrialização, muitas áreas no litoral paranaense são de preservação natural, isto se apresenta como uma dicotomia específica desse território, pois, seus habitantes locais vivem da alta temporada de veraneio, e na baixa temporada muitos precisam sair de suas cidades para buscar empregos.

Cada um dos sete municípios litorâneos possui especificidades, seja na sua criação, sua organização populacional, seu modo de vida, na sua economia e na composição de sua instituição de segurança pública, principalmente em se tratando da construção de suas Guardas Civis Municipais, previsto no Art.º. 144 da Constituição inciso 8 na qual prevê que os municípios podem instituir suas Guardas Civis Municipais.

Nesse sentido, o fato de estarem localizados entre a Serra do Mar, e tendo em seu entorno diversas ilhas, torna ainda mais complexa a organização para estes municípios, nos variados aspectos, e principalmente no que tange a constituição de forças de segurança municipais, conforme podemos visualizar no mapa do litoral do Paraná, um pouco dessa especificidade no que diz respeito a questão territorial:

Figura 01 - Mapa do litoral do Paraná



Fonte: PET COMUNIDADES DO CAMPO (2022).

Estades (2003, p. 27) reforça que:

O conjunto dos sete municípios litorâneos representa apenas 3% da superfície do Paraná. Até meados do século XVII, a área total pertencia ao estado de São Paulo, tendo-se desmembrado como uma unidade administrativa, sob o nome de Paranaguá, em 1648. Os municípios atuais restantes foram se desprendendo de Paranaguá, sendo que Antonina e Morretes o fizeram em meados do século XIX e os demais, no século XX: Guarapuçu e Guaratuba, no ano de 1947; Matinhos, em 1968; e Ponta do Paraná, em 1995.

Para esta pesquisa foram selecionados apenas os municípios que já possuem equipes da Patrulha Maria da Penha, e que esteja contida no quadro da Guarda Civil Municipal, sendo eles: Matinhos, Paranaguá e Ponta do Paraná. Sendo a Guarda Civil Municipal o centro dessa pesquisa, sua atuação no enfrentamento a violência doméstica e as vivências dos (as) profissionais que realizam o trabalho junto com as mulheres em situação de violência doméstica.

1.5.2 Município de Matinhos

Por muito tempo a cidade de Matinhos esteve ligada à cidade de Paranaguá, porém, em 1968 ocorreu seu desmembramento, passando a ser uma cidade independente. Seu nome deriva do tipo de vegetação abundante no local, vegetação essa muito comum em cidades litorâneas, seu primeiro povoamento conta com a presença dos índios Tupi-Guarani (ESTADES, 2003).

O Decreto Estadual nº 5.040/1989, criado 20 anos após a emancipação da cidade de Matinhos traz o Macrozoneamento da região Litorânea do Paraná que dentre outras questões, traz a preocupação com o eco desenvolvimento das cidades do Litoral do Paraná, visto que a cidade de Matinhos possui potencial de polo turístico.

Seu potencial econômico, segundo Estades (2003), é marcado pela temporada de verão, onde muitos turistas se deslocam até a cidade para aproveitar as férias e com isso o comércio se intensifica. Atualmente possui um total de 35.219 habitantes, segundo o IBGE, sem levar em conta a população flutuante, que na temporada lota o município e faz a roda econômica girar através do turismo. Já a economia baseia-se na pesca, comércio e turismo; tendo um IDH de 0,743 e o PIB encontra-se no valor de R\$ 22.889,12.

Hoje, além de sua beleza natural que atrai pessoas de todos os lugares para desfrutar seu período de férias, a cidade conta com um campus da Universidade Federal do Paraná, instaurado em 2015, o qual é referência para a população paranaense que busca estudar no Litoral.

Como resultado desfavorável da dinâmica econômica local, a geração de trabalho e renda concentra-se em apenas três meses do ano. Tal sazonalidade impõe um forte déficit de empregos formais vis-à-vis a população economicamente ativa, sobretudo nos períodos de baixa temporada, acarretando problemas sociais os mais diversos. (TINTI, HOROCHOVSKI e JOUCOSKI, 2011, p. 77).

A Guarda Civil Municipal deste município foi instituída em 2002, faz parte da Secretaria de Defesa Social da cidade e possui em seu efetivo um total de 60 integrantes. A Patrulha Maria da Penha entrou nesse quadro em maio de 2021, destacando que o município possui uma sede de acolhimento às vítimas de violência doméstica, a Casa da Mulher Matinhense. Esse espaço conta com uma psicóloga, uma assistente social e a presença da equipe da Patrulha Maria da Penha, da Guarda Civil Municipal.

1.5.3 Município de Paranaguá

O município de Paranaguá leva esse nome devido aos índios Tupi-Guarani, que em sua língua significa “Grande Mar Redondo”. Está situada no Litoral Paranaense e abrange 95,15 km², concentrando 96% da população (152.975 habitantes) e está dividida em 57 bairros que se distribuem ao longo da BR-277 e seu prolongamento, sendo os bairros mais populosos: Porto dos Padres, Vila Cruzeiro, Nilson Neves, Vila Guarani e Vila Rute. Godoy discorre dizendo que:

O estudo da cidade de Paranaguá condensa vários aspectos, pois se trata de um núcleo urbano organizado sob a vigência do sistema colonial, que ainda preserva seu núcleo histórico citadino; ao mesmo tempo expressa o sentido da colonização latino-americana voltada para fora (para os interesses da metrópole). Possui contemporaneamente um porte de cidade média, exercendo também centralidade regional no litoral do estado do Paraná. Por fim, mas não menos relevante para compor o quadro descritivo da cidade em questão, está sua especialização na atividade portuária, atividade econômica que exerce um papel sobremodo importante na definição da identidade da cidade ao longo de sua história e que persiste marcante na atualidade. (GODOY, 1998, p. 102).

Ao contrário do que se supõem, a cidade de Paranaguá, com um dos maiores portos do Brasil, não vive exclusivamente desta renda. Suas características territoriais são diversas e os conflitos que se apresentam entre o econômico rentável e a pobreza extrema são análises que precisam ser levantadas.

Enquanto o porto movimenta um volume cada vez maior de riqueza, observa-se a redução da capacidade da cidade de retê-la e transformá-la em fundamento para o desenvolvimento, com retornos sociais crescentes para a população local. (ABRAHÃO, 2012, p. 150).

A população parnanguara é invisibilizada quando se retrata a cidade com seus casarios centenários, ilhas e praias de paisagens belíssimas. Contudo, Paranaguá apresenta um cenário de falta de estrutura urbana em que as ocupações se colocam como opção de moradia da população mais carente. Ademais, a cidade já enfrentou diversos surtos de doenças contagiosas como cólera e dengue. Isso revela o cenário da falta de investimento em saúde e saneamento.

Segundo Souza (2017), outras questões pouco divulgadas são os problemas que o porto traz para a cidade, como a sujeira da soja em seu entorno, alto índice de criminalidade, a prostituição na área portuária e nos demais bairros da cidade, a exploração infantil, os subempregos que geralmente é o que sobra para a população, pois não se contrata “os da terra” para trabalharem nas grandes empresas aqui

instaladas e, quando se contrata, são para serviços menores quase nunca para chefia, alegando falta de especialização da população parnanguara.

Por sua vez, no tocante às questões de segurança, o município instaurou a Guarda Civil Municipal de Paranaguá em 17 de dezembro de 1998, sua Lei de criação é a de nº 2067, de 17 de dezembro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 385/2001, atualmente conta com 350 integrantes na sua corporação. Já a Patrulha Maria da Penha foi instituída no quadro dessa corporação em janeiro de 2019, possui 04 integrantes e conta com o aplicativo GCM CIDADÃO 153 para as chamadas de emergência às mulheres em situação de violência.

1.5.4 Município de Pontal do Paraná.

O município de Pontal do Paraná por muito tempo fez parte da cidade de Paranaguá e era conhecido como Pontal do Sul, até que em 1995, por meio da Lei Estadual nº 11.252, conseguiu se emancipar e virou o município de Pontal do Paraná. Como em todo litoral brasileiro, Pontal do Paraná foi inicialmente povoado pelos indígenas, tendo sido ocupado por imigrantes europeus, durante os primeiros fluxos migratórios do século XVII, com objetivo de colonizar o território que atualmente é o Estado do Paraná (ESTADES, 2003).

Atualmente apresenta uma população de 28.529 habitantes segundo dados do IBGE. Contudo, na temporada de veraneio essa população quase duplica de tamanho. O IDH é de 0,738, a economia se baseia no turismo e, fora da temporada, centra-se na pesca, comércio e artesanato.

O município possui conflitos relacionados a implantação de um terminal portuário que muitos têm como um processo de ampliação econômica para o Litoral. Porém, estudos de Zoneamento Ecológico-Econômico mostram os impactos negativos na implantação de um terminal portuário no município, tanto para a diversidade local como para as populações tradicionais que ali vivem.

A Guarda Civil Municipal de Pontal do Paraná, datada de 16 de novembro de 2015, com 21 integrantes contratados em seu quadro efetivo no modelo estatutário, a instituição embora nova já possui em seu quadro a Patrulha Maria da Penha, instituída em 26 de setembro da 2017, conta com dois integrantes para realização dos serviços concernentes ao enfrentamento da violência doméstica no município.

2 METODOLOGIA

2.1 NOTAS SOBRE A METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos definidos pelo pesquisador são de extrema relevância para o desenvolvimento de seu trabalho, pois é a partir dele que se vai desenhar sua pesquisa. É preciso, portanto, que o pesquisador consiga desapegar de sua visão de mundo e adentre no mundo do outro, principalmente em se tratando de pesquisa com seres humanos. O fundador da antropologia social, Malinowski (1978), relata a importância do estudo científico, pois sem ele se cria um processo errôneo de pesquisa, onde são coletados diversos dados e não qualificados adequadamente. Assim, quanto mais o pesquisador estiver habituado em moldar suas teorias aos fatos e a observar estes na sua relação com a teoria, em melhores condições se encontrará para realizar seu trabalho. Como demonstra Laplantine (2003, p. 57):

O pesquisador compreende a partir desse momento que ele deve deixar seu gabinete de trabalho para ir compartilhar a intimidade dos que devem ser considerados não mais como informadores a serem questionados, e sim como hóspedes que o recebem e mestres que o ensinam. Ele aprende então, como aluno atento, não apenas a viver entre eles, mas a viver como eles, a falar sua língua e a pensar nessa língua, a sentir suas próprias emoções dentro dele mesmo. (LAPLATINE, 2003, p.57)

Partindo dessas premissas, para este estudo foram combinadas diferentes abordagens metodológicas, entre elas análises quantitativas, qualitativas e pesquisa de campo. No que tange a pesquisa quantitativa, o procedimento adotado neste método foi o levantamento de dados sobre os casos de violência contra a mulher, tanto no âmbito nacional como no local, buscando investigar o Litoral do Paraná e assim trilhar um caminho de pesquisa por meio da Revisão desses dados. Buscou-se nessas fontes o referencial teórico que versa sobre as seguintes temáticas: violência, violência de gênero feminino, violência doméstica, território, segurança pública e desenvolvimento, os quais têm como objetivo auxiliar substancialmente as questões de entendimento da pesquisa, sendo esse um passo importante para compreensão do desenvolvimento da mesma. A autora Minayo (1994, p. 18) considera que: “A teoria é construída para explicar ou compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto dos dois”.

Não obstante, utilizou-se ainda na pesquisa o modelo qualitativo, com a pesquisa de campo, caracterizando, assim, um estudo de caso realizado junto aos

(as) profissionais que atuam nas Patrulhas Maria da Penha. Esse tipo de pesquisa é utilizado tanto pela antropologia quanto pela sociologia, sendo a primeira uma das pioneiras neste tipo de pesquisa.

O método de análise escolhido para o desenvolvimento da pesquisa de campo, foi o método compreensivo, utilizado por Max Weber (1920) em que a compreensão se refere ao sentido, dirigindo-se subjetivamente aos atores, na direção de uma atividade concreta. Desse modo, correlacionar a vivência dos (as) profissionais da área da Segurança Pública, no enfrentamento à violência de gênero no litoral do Paraná, direcionando o olhar para as Patrulhas Maria da Penha, seus desafios, suas limitações, e as leis que embasam o serviço da equipe, visto que essas são as bases para o atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica.

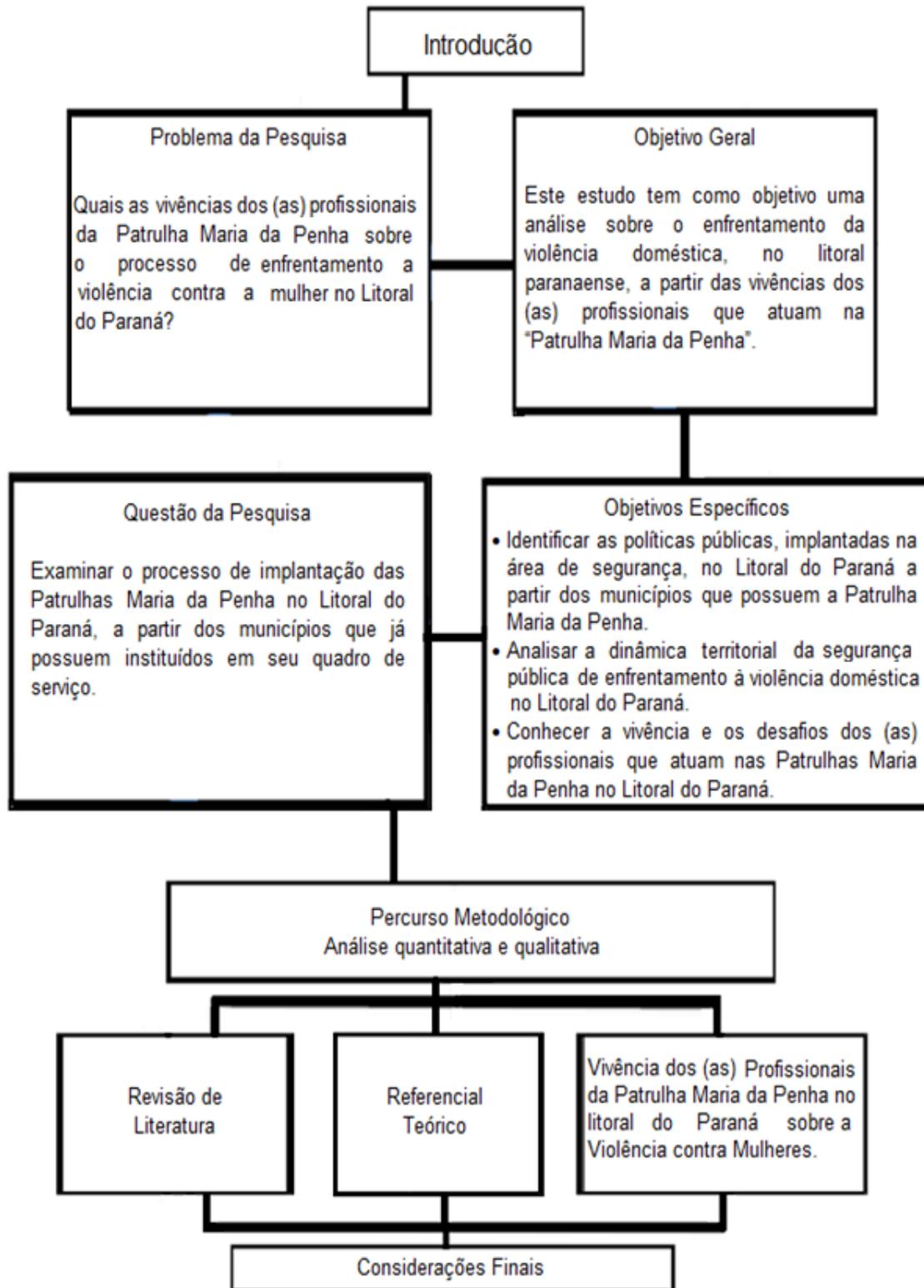
A matriz metodológica será o percurso histórico para a construção das leis sobre o enfrentamento à violência doméstica, com base nas normas e teorias sobre Estado, Políticas Públicas, Gênero e Território, assim como a percepção dos profissionais que atuam nas Patrulhas Maria da Penha e como suas ações são efetivadas junto a sociedade, principalmente no que tange ao gênero feminino.

A pesquisa foi inserida e aprovada na Plataforma Brasil (base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema - CEP/CONEP), aprovada sob o número CAAE 37258620.7.0000.0102, cujo projeto tem uma amplitude maior, com o título de: “Redes de atenção à violência nos municípios do Litoral do Paraná”, que possui a saúde e a segurança em seu contexto.

Buscou-se, nessa pesquisa, trazer à luz os desafios do Litoral Paranaense no que diz respeito ao enfrentamento da violência doméstica a partir da implantação das Patrulhas Maria da Penha, as quais têm como objetivo principal o atendimento de mulheres que enfrentam esse tipo de violência. Verificar como os municípios estão trilhando o caminho de combate à violência de gênero feminino no território é um importante compromisso tanto para a academia, quanto para o desenvolvimento de toda a sociedade.

A proposta de estruturação da dissertação foi compilada no fluxograma, conforme figura 2, onde se pode visualizar o esquema metodológico, do processo utilizado para a realização dessa pesquisa, mostrando alguns pontos principais, entre eles; Introdução, Problemas de Pesquisa, Objetivo Geral, Objetivo Específico, Questão da pesquisa, Percurso Metodológico seguindo até as considerações finais.

Figura 2 - Fluxograma da estrutura da dissertação



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

3 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão literária desta pesquisa tem como base as teorias e coletas de dados sobre violência, gênero, violência de gênero, o território da violência de gênero, desenvolvimento, segurança pública e as políticas públicas de enfrentamento que estão sendo implantadas no litoral paranaense. O olhar da presente pesquisa está voltado às Patrulhas Maria da Penha da cidade de Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná, e como estas foram constituídas, assim como a sua formação e capacitação dos (as) profissionais que trabalham nesta área. Vale ressaltar, aqui, que subsidiaram a presente pesquisa a Lei Maria da Penha e a Lei de Feminicídio.

3.1 LEVANTAMENTO DOS DADOS SOBRE A VIOLÊNCIA.

Para esta etapa da pesquisa foram consultadas as bases da área da saúde por se tratarem de referenciais em qualidade e especialidade no assunto, como a LILACS, MEDLINE e a PUBMED. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 1993), a violência se converteu em um problema de saúde pública, ou seja, não afeta somente o indivíduo isoladamente, mas toda a sociedade, tendo em vista que trazem consequências às famílias, ao trabalho, à segurança, a saúde, ao território, e ao desenvolvimento; sendo a violência um grande desafio às políticas públicas e a agenda de desenvolvimento de todo o país.

Vislumbrou-se selecionar estudos e dados sobre a violência contra as mulheres no Brasil, segurança pública e seu enfrentamento, relacionando essas informações com o que ocorre no território do Litoral Paranaense. Gil (1987) salienta que o objetivo desse método de análise busca um estabelecimento de relações entre suas variáveis e, desse modo:

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos e etc. (GIL, 1987, p. 45-46).

Os dados qualitativos levantados em uma pesquisa visam substanciar a importância do tema que se pretende estudar, e fazem parte da constatação de alguns elementos sociais que afetam o sujeito e a sua socialização, definido por Kuhn (2013) como “Paradigma social”, algo ou coisa que se pretende estudar. Nesse sentido, Maria

Cecilia Minayo (1994, p. 18) fala sobre a importância do problema de pesquisa, considerando que “toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou uma pergunta, articulada a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais”.

Os descritores e operadores booleanos utilizados como estratégia de busca foram os seguintes; Violência contra a mulher AND Maria da Penha OR Violência de gênero OR Violência Doméstica por parceiro íntimo OR Direito da mulher OR Iniquidade de gênero OR Crimes contra mulher OR Delitos contra a mulher OR Violência doméstica e sexual contra a mulher OR Segurança Pública AND Brasil, num período de cinco (05) anos. Os critérios para inclusão de dados foram feitos considerando os artigos com publicações de autores (as) especializados (as) que contenham em suas linhas materiais correlação com os termos do presente estudo, ou seja, Segurança Pública no enfrentamento à violência doméstica.

QUADRO 1: DESCRITORES E OPERADORES BOOLEANOS¹ UTILIZADOS NA BUSCA DE ARTIGOS

Idioma	Descritores e operadores booleanos
 Português	 (Violência contra a Mulher) AND (Maria da Penha) OR (Violência de gênero) OR (Violência doméstica) OR (Violência por parceiro íntimo) OR (Direito da Mulher) OR (Iniquidade de gênero) OR (Crimes contra a Mulher) OR (Delitos contra a Mulher) OR (Violência doméstica e sexual contra a Mulher) OR (Segurança Pública) AND (Brasil).

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Na base de dados da LILACS foram identificados um total de 1.114 artigos sobre a pesquisa, com a utilização dos filtros como: 05 (anos), idioma: (português); obteve-se 92 documentos nessa base de dados. Os critérios de exclusão foram: Fugiram da temática: 29, Duplicados: 17, Teses: 09, Pagos: 02, Livro: 02, Aula: 01, Lei: 01. Isso resultou em 30 artigos selecionados, dos quais 05 possuíam dados que vão ao encontro a pesquisa em tela. Por conseguinte, na base de dados da MEDLINE foram encontrados 11 resultados, sendo 07 que fugiram da temática e 01 artigo que

¹ São palavras que informam ao sistema de busca como combinar os termos de sua pesquisa. São eles: AND, OR e NOT.

se repetia. Contudo, esses 03 selecionados para análise, já tinham sido selecionados na base de dados da LILACS. Por fim, na base de dados da PUBMED foram encontrados os seguintes resultados: 05 artigos, porém, 04 deles já se encontravam na base de dados da LILACS, sendo assim, apenas 01 artigo foi selecionado.

Sendo assim os artigos selecionados a partir da variável de interesse, e de uma leitura criteriosa, com relação aos autores, título do trabalho, objetivo e palavras chaves, totalizou 6. Os resultados analisados encontram-se no quadro 2.

QUADRO 2: IDENTIFICAÇÃO DE ESTUDOS PARA INCLUSÃO NA REVISÃO DE LITERATURA

Ano	Autor	Título	Objetivo	Palavra-chave
2021	Martins, Souza.	Vivências de policiais de uma DEAM no Sudoeste Goiano.	A pesquisa investigou as vivências de policiais civis de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.	Violência doméstica; polícia; psicologia; gênero.
2020	Aguiar, D'Oliveira, Schraiber	Mudanças históricas na rede intersetorial de serviços voltados à violência contra a mulher.	Analisam-se resultados de uma pesquisa no município de São Paulo, Brasil, com profissionais da rede de serviços intersetoriais especializados em relação às mudanças ocorridas com a Lei Maria da Penha.	Violência contra a mulher. Rede intersetorial de serviços. Lei Maria da Penha.
2018	Estrela, et. al.	Expressões e repercussões da violência conjugal: processos de mulheres numa vara judicial.	Conhecer as expressões e repercussões da violência conjugal.	Violência Contra a Mulher; Gênero; Aplicação da Lei; Saúde Pública; Justiça criminal; Violência por Parceiro Íntimo.
2017	Mendes, et al	Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: uma Abordagem no Núcleo da Delegacia em Atendimento à Mulher de um Município do Estado da Bahia.	Realizar um levantamento do perfil das vítimas de violência doméstica, atendidas em um núcleo de assistência à mulher no município de São Francisco do Conde, estado da Bahia.	Violência. Violência doméstica. Saúde Pública.
2013	Meneghel, et. Al.	Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero	Este texto apresenta os discursos acerca da Lei Maria da Penha enunciados por uma amostra de mulheres vítimas e outra de operadores que atendem situações de Porto Alegre.	Lei Maria da Penha, Violência de gênero, Políticas de enfrentamento à violência, Violência doméstica.

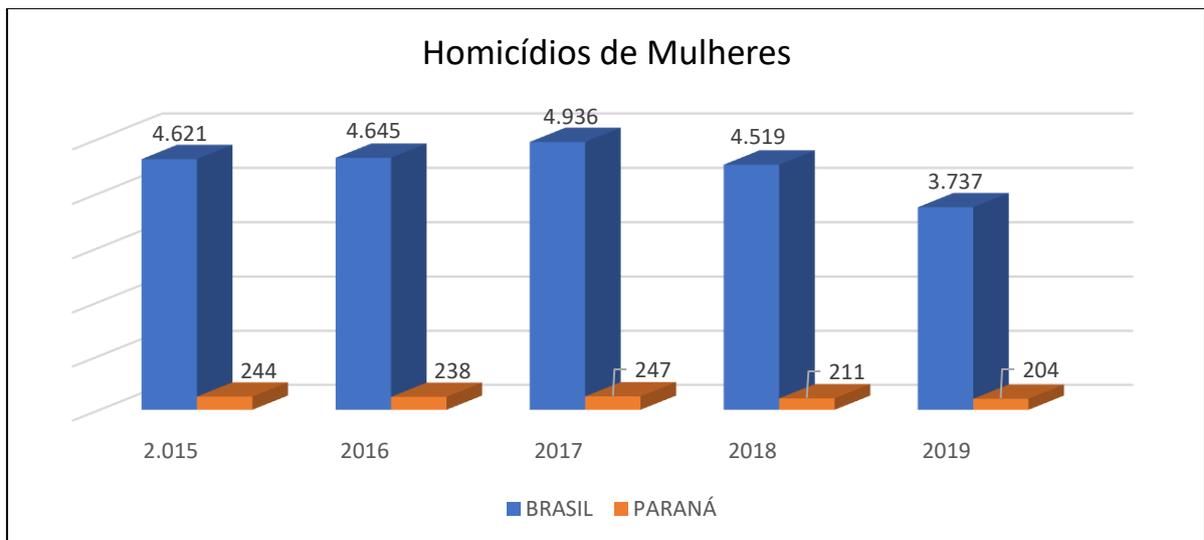
Fonte: Elaborado pela autora.

3.1.2 Atlas e Anuário da Violência

O “Atlas da Violência” foi uma das fontes de dados selecionada para análise da pesquisa uma vez que ele é composto pela parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), juntamente com o Instituto Jones dos Santos (IJSN). Os dados retratados por eles são do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificações (SINAN).

Todavia, embora possam existir certas discrepâncias em relação ao número de vítimas, esses dados não poderiam deixar de ser registrados, pois servem como um comparativo da falta de cuidado com os casos de violência que ocorrem em nosso país. Elaborou-se, assim, um gráfico ilustrativo a partir dos dados coletados em seu compêndio, sobre o total de violência no Brasil e no Estado do Paraná.

GRÁFICO 1: HOMICÍDIOS DE MULHERES NO BRASIL E NO PARANÁ

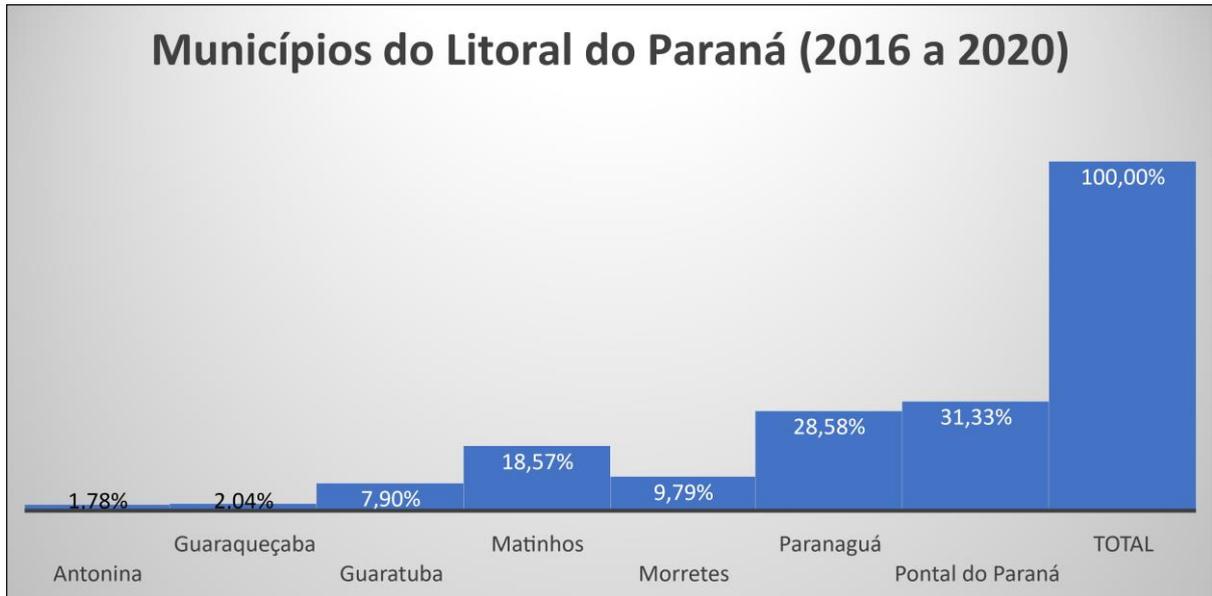


Fonte: Atlas da violência (2021). Elaborado pela autora.

Por sua vez, o DATASUS (2020) apresenta dados sobre violência interpessoal autoprovocada² contra o gênero feminino nos sete municípios do Litoral do Paraná, sendo em Antonina um total de 129 casos, Guaraqueçaba 148 casos, Guaratuba 573 casos, Matinhos 1.346 casos, Morretes 710 casos, Paranaguá, 2.072 casos e Pontal do Paraná 2.271 casos. Esses dados são referentes ao total de casos notificados dos anos de 2016 a 2020.

² É toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outra pessoa da família.

GRÁFICO 2: VIOLÊNCIA INTERPESSOAL AUTOPROVOCADA



Fonte: DATASUS (2020). Elaborado pela autora.

O levantamento desses dados é de suma importância pois fornece subsídios à pesquisa, como também verificar como os municípios do Litoral do Paraná estão trabalhando a questão da segurança e das políticas públicas com base nessas informações. A pesquisa realizada no “Anuário Brasileiro de Segurança Pública”, foi referente aos dados sobre as Medidas Protetivas³ alusiva às instituições de Segurança Pública como: Polícia Civil, Militar e Guarda Civil Municipal.

TABELA 01: Medidas protetivas

Solicitação de Medidas protetivas de urgência							
Números Absolutos		Brasil		2018	275.158		
				2019	349.942		
		Paraná		2018	10.434		
				2019	36.799		
Medidas protetivas de urgência							
Números Absolutos				Números Absolutos			
Medidas Distribuídas	Brasil	2019	388.861	Medidas Concedidas	Brasil	2019	281.941
		2020	377.405			2020	294.440
	Paraná	2019	37.229		Paraná	2019	30.630
		2020	36.410			2020	33.412

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020). Elaborado pela autora (2021).

³ Medida distribuída: O processo está com o juiz. Medida concedida: Que o juiz já decretou a sentença.

Essas medidas protetivas são previstas no artigo 22º da lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e têm como objetivo o afastamento do agressor a mulher em situação de violência assim como da sua família. São expedidas pelos juízes no prazo máximo de 48 horas, e quem faz os acompanhamentos dessas medidas é a Patrulha Maria da Penha através das visitas domiciliares às mulheres em situação de violência doméstica.

3.1.3 Apreciações dos dados

A partir da leitura integral dos artigos selecionados, na base de dados da PUBMED, LILACS e MEDLINE, pode-se mensurar os trabalhos que já estão sendo realizados nas instituições de Segurança Pública em diversos Estados brasileiros. O critério de seleção compreendeu os estudos observacionais de campo, que trazem as experiências dos (as) profissionais de Segurança Pública e seus trabalhos de enfrentamento à violência doméstica, a fim de obter estudos que se relacionassem com esta pesquisa.

Pode-se vislumbrar a partir dessas leituras, os desafios enfrentados pelos (as) profissionais da área de segurança, como: a falta de espaços para atendimento das vítimas; falta de capacitação dos profissionais, para que eles entendam melhor as questões de gênero e rompam com as ideias pré-concebidas do patriarcalismo; falta de capacitação e especialização das equipes para um melhor atendimento à vítima, assim como a falta de espaço destinados ao acolhimento das mulheres vítimas de violência e de seus (as) filhos (as).

Na base de dados da PUBMED, seguindo a mesma ordem e os mesmos filtros, encontrou-se uma pesquisa, que se relaciona com que se procura desenvolver neste estudo. Para realização de tal pesquisa, houve uma escuta com as vítimas e com os profissionais que atendem as ocorrências de violência doméstica no Estado de Porto Alegre, onde em suas considerações, pode-se constatar uma premissa importante a partir do relato do (a) agente de segurança:

Acrescente-se a existência de apenas uma Delegacia da Mulher e um Juizado da Violência Doméstica na capital do Estado e a carência de recursos materiais e pessoais, configurando um quadro ainda deficitário para a implementação da Lei (MENEGHEL et. al., 2013, p. 698).

No que tange as vítimas, uma das considerações levantadas foi que:

As mulheres declararam fragilidades e limitações na aplicação do instrumento legal, salientando o descumprimento das medidas protetivas pelos agressores e a dificuldade de os serviços de segurança pública efetivamente protegê-las (MENEGHEL et. al., 2013, p.698)

Por sua vez, o Atlas da Violência, assim como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, apresentou informações de extrema relevância, sobre dados de incidência de violência contra o gênero feminino no Brasil, no Estado do Paraná e nos municípios que compõem a região litorânea. A avaliação dos dados nacionais com os dados locais, permitiu traçar um paralelo para os estudos sobre a Segurança e o enfrentamento da violência doméstica. Buscando, nesse sentido, estabelecer uma relação com a constituição do gênero feminino em nossa sociedade, que segue como sequência deste estudo.

Esse conhecimento anterior, construído por outros estudiosos e que lançam luz sobre a questão de nossa pesquisa, é chamado teoria. A palavra teoria tem origem no verbo grego “theorein”, cujo significado é “ver”. A associação entre “ver” e “saber” é uma das bases da ciência ocidental. (MINAYO, 1994, p. 18).

Desse modo, os dados elencados têm como objetivo consubstanciar a relevância do tema estudado, pode-se verificar que em comparação aos dados levantados pelo setor da Saúde, o setor da Segurança ainda tem muito a ser aperfeiçoado, porém, alguns passos nesse sentido já foram dados, como mostra o levantamento realizado inicialmente. O cruzamento de dados nacionais com os locais é de suma importância para estabelecer parâmetros que permitam, comparativamente, verificar quais os índices de violência de gênero no território litorâneo do Paraná, possibilitando assim, adotar e/ou aperfeiçoar os mecanismos de combate, bem como os de amparo às vítimas.

Buscou-se relacionar a revisão literária com as experiências trazidas pelos (as) profissionais de segurança pública, do Litoral paranaense que atuam na Patrulha Maria da Penha, e que se apresentam no decorrer dessa pesquisa, procurando identificar e compreender, os conflitos existentes na aplicabilidade da Lei Maria da Penha, assim como, sua efetividade e desafios enfrentados por esses (as) profissionais na execução de seu trabalho face ao enfrentamento à violência.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 GÊNERO FEMININO

A violência de gênero na sociedade contemporânea está atrelada à relação de poder entre os sexos masculino sobre o feminino. Esse padrão encontra suas raízes no modelo patriarcal em que foi constituída a sociedade, demarcando os papéis de homens e de mulheres, que, por vezes é justificada pela biologia dos corpos, conforme colocado por Bourdieu (2002, p. 20): “a diferença anatômica entre os órgãos sexuais pode ser vista como justificativa da diferença socialmente construída entre os gêneros”.

Na análise do tema gênero, a autora Joan Scott relata:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. (SCOTT, 1989, p. 21).

Para Heleieth Saffioti (2004), as relações de desigualdade entre os gêneros não são dadas, mas podem ser construídas. Por muito tempo essa construção de superioridade masculina justificou a violência contra as mulheres, principalmente dentro de suas casas. Jocelaine Arruda observa que a violência de gênero pode ser entendida como:

Uma construção social e cultural na qual as formas de agir – masculina e feminina – são introjetadas e naturalizadas. É uma forma de violência que atinge quaisquer pessoas ou grupos, mas que, no entanto, no caso brasileiro, por influência de séculos de império de poder patriarcal, ainda que não só por ele, e dos preconceitos raciais, étnicos de gênero e de classe que traz insculpido, atinge principalmente as mulheres. (ARRUDA, 2015, p. 30).

A violência contra o gênero feminino não é algo novo, principalmente a violência que ocorre no âmbito familiar que, para Lanna Barbosa (2021, p. 66) “fica ainda mais evidente a partir do novo modelo econômico que se instala em nossa sociedade a partir do século XIX”. Com a divisão sexual do trabalho e com o alargamento do Patriarcalismo, as mulheres, nesse contexto de desenvolvimento e

segurança, vão enfrentar grandes batalhas, e a violência de gênero, que se reproduz na sociedade patriarcal, já transpassa séculos e segue inibindo o desenvolvimento das mulheres sob diferentes instâncias.

Na atualidade, em um cenário envolto a uma Pandemia que atingiu a todos sem distinção de classe, promovendo grande isolamento social, trouxe à tona o aumento da violência doméstica contra o gênero feminino, assim como, contra crianças e adolescentes (MOREIRA, LEHN e GRIEBELER, 2021). Entende-se que nesse contexto pandêmico da COVID-19, é necessário que medidas governamentais sejam tomadas pelos Estados-Nação, visando também exercer o seu poder signatário da Agenda 2030 sobre o Desenvolvimento Sustentável, os ODS, prioritariamente no seu objetivo nº 5 que trata sobre Igualdade de Gênero. Partindo desses pressupostos, o documento Gênero e COVID-19 na América Latina e Caribe foi mensurado, dividido em três partes; recomendações para a organização dos serviços e da rede para o atendimento presencial e remoto; diretrizes para o atendimento e recomendações para coleta de dados e o armazenamento das informações sobre os casos atendidos.

A autora Sonia E. Alvarez, em sua pesquisa “*Em que Estado Está o Feminismo Latino-Americano?*”, faz uma crítica às políticas públicas de gênero, pois, segundo ela, dados levantados a partir da Conferência Internacional de Mulheres conhecida como “Beijing+5”, verificou-se que houve progresso mínimo nas políticas públicas de gênero.

Criaram-se, em todos os países onde não havia mecanismos nacionais para as mulheres. Mas todos eles, conselhos e secretarias, têm pouco ou nenhum dinheiro, não possuem pessoal qualificado nem poder efetivo dentro do Estado e sua interlocução com os movimentos de mulheres e com outros setores afins da sociedade é escassa. (ALVAREZ, 2000, p. 10).

Dentre as medidas de enfrentamento à violência contra o gênero feminino, destaca-se a Lei Maria da Penha, como um marco para a sociedade, dez anos depois foi implantada a Lei do Femicídio e agora as instituições de segurança pública instituem suas Patrulhas Maria da Penha, que vêm ao encontro a essas políticas de proteção às mulheres, possuindo como objetivo principal o acompanhamento preventivo das vítimas de violência doméstica, caracterizando-se, assim, em uma peça de importante valia na Rede de combate à violência contra a mulher.

Estudar como essas patrulhas se constituem permite estabelecer um melhor entendimento sobre como estão sendo aplicadas as políticas públicas para o

enfrentamento da violência feminina, e como está sendo assegurado às vítimas todos os aparatos jurídicos necessários para sua segurança.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Mascaro salienta que “para a compreensão do Estado e da política é necessário o entendimento de sua posição relacional, estrutural, histórica, dinâmica e contraditória, dentro da totalidade da reprodução social” (2013, p. 6-7). A partir dos pressupostos iniciais do autor, foi direcionado um olhar mais atento para essa importante Lei de equidade de gênero.

Para Silvana Teixeira (2021, p. 37-38) “as políticas públicas são atravessadas por interesses sociais diversos, entre eles governamentais, econômicos, políticos, institucionais e sociais”. Não basta olhar para uma determinada política pública sem vislumbrar para o que está inserido além dela, ou seja, deve-se levar em conta o Estado no qual se encontra tal política, os mecanismos de manutenção da política pública, as instituições que efetivaram essa Lei, os (as) profissionais que trabalham com ela e os desafios por eles encontrados, além das pessoas que serão beneficiadas a partir da sua efetivação.

A partir dessas premissas foi analisada a implantação da Lei Maria da Penha, essa análise é de grande valia para que se consiga sinalizar as prerrogativas citadas por Mascaro na concepção das Políticas Públicas, principalmente nas políticas relacionadas a questão do gênero feminino. Contudo, para chegar até esse momento é preciso trazer uma análise histórica dos movimentos feministas e suas lutas, pois é a partir dessas demandas que o tema entrou em pauta internacional e nacionalmente, estabelecendo convenções, reuniões, cúpulas e tratados que o assunto tomou proporções de políticas públicas.

4.2.1 Contexto Histórico político do Estado da Lei 11.340/2006 “Lei Maria da Penha”

A Lei 11.340/2006, “Lei Maria da Penha”, foi assinada no segundo mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, esse período foi marcado por uma grande mudança dentro do governo e da sociedade. Para Fagnani (2011), o governo Lula tem dois períodos distintos, o primeiro ele caracteriza como “mudança ou continuidade, o segundo ele chama de “desenvolvimentista”. Nesse segundo período que o governo

apresentou um maior crescimento econômico, fato que auxiliou na ampliação com os gastos sociais, e na consolidação de Leis para grupos mais vulneráveis.

Esse novo modelo de Governo que se instaurou no segundo mandato, nada mais foi que a reprodução de uma política neoliberal que ganhou cada vez mais força não só no Brasil, mas internacionalmente, e que está amplamente ligada ao modus operandi do capitalismo. Nesse sentido:

A compreensão do Estado só pode se fundar na crítica da economia política capitalista, lastreada necessariamente na totalidade social. Não na ideologia do bem comum ou da ordem nem do louvor ao dado, mas no seio das explorações, das dominações e das crises da reprodução do capital é que se vislumbra a verdade da política. (MASCARO, 2013, p. 11).

A economia no Brasil, nesse período, se apresentava cada vez mais crescente, as taxas de desemprego caíram, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu, o país saiu da linha da pobreza e o salário mínimo teve um aumento real. Todas essas questões econômicas auxiliaram para implantações de programas sociais, como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, ampliação da área da educação e saúde. Todo esse aparato não ajudou somente a minoria, pois os dominantes também aumentaram seus bens. Contudo, a crise mundial de 2008 abalou a economia, porém, demorou um pouco para reverberar suas consequências no país, ao qual vieram no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, onde novamente quem sofreu as piores consequências foram as minorias. Essas determinações ficam mais claras a partir do que expõe Poulantzas:

A própria formação social constitui uma unidade complexa com dominância de um certo modo de produção sobre os outros que a compõem... em uma formação social dominada pelo modo de produção capitalista, o papel dominante é desempenhado regra geral pelo econômico, o que não é mais que o efeito da dominância, nesta formação social, desse modo de produção, este caracterizado, na sua "pureza", pelo papel dominante que o econômico desempenha. (POULANTZANS, 1977, p. 15).

Sendo assim, mesmo que benefícios sociais tenham sido alcançados, a base estrutural do país continua a ser o liberal capitalismo, não podendo acabar com os grupos vulneráveis, é dado um certo poder aquisitivo a eles para que possam se sentir parte do processo de desenvolvimento. No caso do Brasil, isso se mostra claramente com o aumento do poder aquisitivo, de subsídios mínimos para sua sobrevivência, como: casa, saúde, alimentação e educação. Causando assim uma alienação, nas classes menos favorecidas, e mais ainda nas classes com um poder aquisitivo um pouco maior, e que também foi beneficiada com essas políticas.

A característica, própria do Estado capitalista, de representar o interesse geral de um conjunto nacional-popular não constitui uma simples mistificação enganadora, no sentido de que esse Estado pode efetivamente satisfazer, abaixo desses limites, certos interesses econômicos de certas classes dominadas; ainda mais: pode fazê-la; sem que, no entanto, o poder político seja atingido. É de resto evidente que não é possível traçar, de uma vez por todas, esse limite de dominação hegemônica: ele depende tanto da relação das forças de luta como das formas de Estado, da articulação das suas funções, das relações entre o poder econômico e o poder político, do funcionamento do aparelho de Estado. (POULANTZAS, 1977, p. 187).

Conforme as considerações trazidas por Poulantzas, ao analisar o caso do Estado brasileiro nesse segundo momento, é possível encontrar mudanças que não foram feitas, mudanças que ajudariam de forma mais efetiva as minorias, como a reforma agrária, que demonstra diretamente como determinada classe até hoje é detentora de poder, e onde o Governo não arriscou fazer mudanças mais significativas, por outro lado houveram investimentos na agricultura familiar nesse período, porém era preciso ir além do que foi dado, estabelecendo uma política pública mais ampla para o setor.

É nesse clima de mudanças e tensões que a Lei Maria da Penha entra em vigor no Brasil, suas reivindicações não são novas, há muito tempo o Movimento Feminista luta pela equidade do gênero feminino na sociedade fazendo importantes contribuições, assim como diversas reivindicações.

4.2.2 Movimentos feministas e políticas públicas

No contexto do movimento de liberação das mulheres, a Conferência Internacional da Mulher, em 1975, reconheceu claramente a relevância do Estado para a solução do problema da dependência feminina aos homens, por meio da promoção da igualdade de oportunidades no trabalho e na educação, e da luta por igualdade salarial, creches, aborto e concepção; medidas relacionadas à autonomia feminina de diferentes formas. Ao mesmo tempo, contudo, as relações entre o Estado e a família foram postas em evidências, principalmente a forma pela qual o Estado sistematicamente estruturou a provisão de bem-estar social através do trabalho invisível da mulher (GAMA, 2008).

O parecer de Sonia Alvarez (2000, p. 09) é de que “há uma espécie de debate histórico dentro do feminismo, não só no Brasil como em toda a América Latina, relacionado ao que fazemos com o Estado”. Segundo a autora, há duas vertentes,

aquela que considera o Estado como um possível aliado na luta, e aquelas que são totalmente anti-Estado, pois não veem com bons olhos suas decisões no que tange ao que “muito se fala, mas pouco se faz”.

No sentido de enfrentamento à violência contra a mulher que os direitos humanos e os movimentos feministas buscam formas de erradicar esse mal que assola a sociedade, sendo as Patrulhas Maria da Penha um mecanismo de enfrentamento aplicado pelos municípios.

4.3 SEGURANÇA PÚBLICA

Com a criação do Estado Moderno a forma de defender o território se transforma, visto que, os Estados – Nação passam a instituir as forças de segurança, para proteger o território. Segundo Weber (1963), o Estado é o único que detém o monopólio legítimo da força, sendo esse monopólio relacionado à segurança pública.

A temática da Segurança Pública tem vários apontamentos e discussões de suma importância social. Para Marx (2011, p. 63) o “Estado moderno é um comitê executivo para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa”, sendo a Segurança Pública um braço deste Estado, ou seja, realiza o serviço determinado por aquele que detém o poder maior, se caracterizando essa instituição pelo uso da força instituído pelo Estado.

No caso brasileiro a Constituição Federal da República em seu Art. 144 “estabelece que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, com a atuação de seus respectivos órgãos” (BRASIL, 1988). Segundo Lima, Bueno e Mingardi (2016), “às forças policiais e, mesmo após a Constituição de 1988, não consegue ser pensada para além da gestão da atividade policial e da lógica do direito penal”.

No Estado do Paraná a instituição responsável pela Segurança Pública é a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), que foi regulada pelo Decreto nº 3.700 de 25 de julho de 1977 e tem como competência “planejar, dirigir, executar, coordenar, fiscalizar e controlar as atividades do setor de segurança pública do Estado”. Está em seu quadro a Polícia Militar e a Polícia Civil, duas instituições que trabalham de modo a combater a violência contra as mulheres, sendo a Polícia Militar responsável pelo policiamento ostensivo, e a Polícia Civil, responsável

por coletar as denúncias das vítimas e encaminhar aos juízes para as medidas cabíveis.

As Guardas Civis Municipais se inserem no artigo art. 144 Inciso § 6º:

Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, podendo, ainda, exercer funções de segurança pública da competência dos Estados, na forma fixada em lei estadual, assim como serviços de bombeiro. (BRASIL, 1988).

Visando a melhora da Segurança Pública que a agenda de desenvolvimento, definida a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tem o tema da segurança inserido em um ODS específico, o ODS 16, que versa sobre promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, sendo o ODS 16.1 sobre: "Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas em todos os lugares", as Patrulhas Maria da Penha, entram nesse contexto de combate a violência doméstica no âmbito municipal

4.3.1 O território da violência de gênero

O espaço social do território é uma análise de extrema relevância para conceituar perspectivas sociais, econômicas e de identidade. Sobre esse cerne a autora Joseli Maria Silva, relaciona o espaço com a compreensão das relações de gênero:

O espaço passou a ser um importante elemento para a compreensão das relações de gênero. Cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizadas, com primazia dos homens em relação às mulheres. (SILVA, 2009, p. 35).

Essa dominação do espaço do território pelo homem, recai sobre a mulher, na dominação do seu corpo e na violência que ela é submetida. O território espacial do litoral do Paraná apresenta números expressivos dessa violência, de acordo com pesquisa realizada por Wanzinack e Melo (2021) sob o tema: "A análise dos homicídios em relação ao território é imprescindível", constatou que o Paraná, possui uma média de 4,2 homicídios contra as mulheres a cada 100 mil habitantes deixando-o em quinto lugar em relação aos Estados brasileiros e em primeiro lugar na região sul. O Estado do Paraná também apresenta uma das maiores taxas, 31,13 homicídios

por 100 mil habitantes (Wanzinack, 2018, p. 108). Dados colhidos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 apontam um aumento de 8,5% nos casos de violência doméstica entre os anos de 2019 e 2020, 15.606 e 16.933, respectivamente.

A autora Daniele Schneider (2015) que por meio de sua pesquisa “Violência (s) Gênero e Território: Mulheres Trabalhadoras da Segurança Pública no Litoral Paranaense” buscou compreender as questões entre gênero, violência e território. Um desdobramento importante que a autora traz em sua pesquisa está relacionado à problematização em relação ao poder e à hierarquia. Na área da Segurança Pública, ao analisar o litoral paranaense, conforme Schneider (2015, p. 85) “é explícita as diferentes territorialidades, da desigualdade de oportunidades, principalmente na questão de segurança pública, onde não existem políticas específicas de atuação, se resumindo apenas na intitulada “Operação Verão”. Estudo realizado pela autora, no mesmo ano, colheu relatos de moradores do litoral paranaense sobre segurança pública e saúde, e ficou evidente a preocupação das pessoas sobre esse problema, como pode ser percebido no depoimento a seguir: *“Aqui no litoral é complicado, tudo é muito precário, o sistema de saúde, segurança pública, temos pouco efetivo e poucas viaturas [...] a segurança é insuficiente nessa época do ano (outono – inverno)”*”.

Olhar para o território onde se pretende estudar é uma questão que não pode ser deixada de lado, visto que é no território que se constrói a caracterização do campo a ser pesquisado. Assim, Saquet (2009, p. 73) observa o seguinte:

Esperamos gerar com este processo de pesquisa a reflexão e a proposição de subsídios teórico-metodológicos para estudos geográficos do território e da territorialidade humana. Estudos que reconheçam, simultaneamente, características fundamentais do processo de apropriação, dominação e produção do território assim como as relações de poder, as identidades simbólico - culturais (traços comuns), as contradições, as desigualdades (ritmos lentos e rápidos), as diferenças, as mudanças (descontinuidades), as permanências (continuidades), as redes de circulação, de comunicação e a natureza interior e exterior ao homem como ser genérico (biológica e socialmente).

O território do Litoral do Paraná apresenta suas especificidades no modo de vida, mais ligada às práticas de pesca e plantios, na sua economia, assim como o turismo que projeta no município, na temporada, uma mudança para os moradores locais e para os turistas. As questões sazonais, segundo Signorelli (2011) “influencia diretamente os modos de vida, de trabalho e inclusive as relações que se estabelecem

entre as pessoas que habitam o local”. Entre esses apontamentos, relacionados as questões econômicas, sociais, buscou analisar o da violência contra o gênero feminino, dados como os trazidos por Wanzinack, *et. al.* (2020), constataram que os homicídios contra o gênero feminino, ocorridos de 2014 a 2018, foram perpetrados dentro dos domicílios.

Nesse sentido, buscou-se estender o olhar para as políticas públicas implantadas no Estado do Paraná que visam cumprir a Lei Maria da Penha, um exemplo é a instituição das Patrulhas Maria da Penha, importante mecanismo de enfrentamento implantado pela área da Segurança para atendimento às vítimas de violência.

O Paraná possui 399 municípios, sendo 07 localizados no Litoral Paranaense. Desses sete municípios, 03 já possuem implantadas a Patrulha Maria da Penha no quadro das GCM's, é importante citar aqui que no segundo semestre do ano de 2021 a Polícia Militar do Paraná, também implantou uma equipe em seu quadro, localizada no seu 9º Batalhão, na cidade de Paranaguá, porém, ainda é um projeto piloto que atende as ocorrências somente desse município, através da Medidas Protetivas decretadas pelo juiz, sendo assim, mais um aporte no enfrentamento à violência contra a mulher.

4.3.2 Dispositivos de Enfretamento à violência contra a mulher

Os Direitos Humanos das Mulheres só foram conquistados devido às lutas e reivindicações dos movimentos feministas e é a partir deste momento que leis foram sendo implantadas. Conforme Sena *et. al.* (2021) “ao buscar a proteção estatal, a vítima reivindica a igualdade de direitos, diante de uma ordem social injusta, por isso, entende-se que a mulher é portadora de uma vulnerabilidade individual.” Desse modo, analisar os dispositivos de enfrentamento à violência contra as mulheres e seus instrumentos legais, servem de base para verificar se as Leis estão sendo aplicadas corretamente, principalmente no Brasil.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) criada em 2003, tem como objetivo a formulação, coordenação e articulação de políticas para igualdade de gênero. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é um desses documentos, o qual foi elaborado a partir da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) em 2004.

O Plano Nacional de Políticas Públicas (PNPP), possui 199 ações com 26 prioridades sendo traçadas em 4 linhas: Autonomia, Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania; Educação Inclusiva e não Sexista; Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. O enfrentamento à Violência Contra às Mulheres procura fazer com que os Governos Federais, Estaduais e Municipais trabalhem em conjunto, ou seja, criem novos mecanismos nessas esferas de governo, ou fortalecendo os já constituídos.

No ano de 2011, O Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, constituiu-se a partir de um acordo entre as três esferas do Governo para planejar ações no enfrentamento à violência contra as mulheres, seguindo as premissas do PNPP, estruturado com os seguintes objetivos:

1º Garantir implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha, por meio de difusão da lei e do fortalecimento dos instrumentos de proteção dos direitos das mulheres em situação de violência.;

2º Garantir o atendimento às mulheres em situação de violência, com a ampliação e fortalecimento dos serviços especializados, qualificação, fortalecimentos e integração dos serviços da rede de atendimento de forma a promover a capilaridade da oferta de atendimento, a garantia de acesso a todas as mulheres;

3º Criação do Sistema Nacional de Dados sobre Violência contra a Mulher, conforme previsto no artigo 38 da Lei Maria da Penha e do Registro Administrativo Unificado, para a construção de indicadores que permitam maior monitoramento, avaliação e elaboração; 3º Criação do Sistema Nacional de Dados sobre Violência contra a Mulher, conforme previsto no artigo 38 da Lei Maria da Penha e do Registro Administrativo Unificado para a construção de indicadores que permitam maior monitoramento, avaliação e elaboração;

4º Garantir a Segurança Cidadã a todas as mulheres;

5º Garantir o acesso à Justiça, de forma que todas as mulheres possam receber atendimento adequado por meio da atuação em rede, e que os equipamentos de justiça promovam sua plena defesa e o exercício da sua cidadania;

6º Garantir os Direitos Sexuais na perspectiva da autonomia das mulheres sobre seu corpo, sua sexualidade por meio da mudança cultural dos conceitos historicamente construídos na sociedade brasileira, de forma a identificar, responsabilizar e prestar atendimento às situações em que as mulheres têm seus Direitos Humanos e Sexuais violados;

7º Garantir a inserção das mulheres em situação de violência nos Programas Sociais nas três esferas de Governo, de forma a fomentar sua independência e garantir sua autonomia econômica e financeira e o acesso a seus direitos;

8º Garantir a implementação da Política de Enfrentamento à violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta (BRASIL, 2011, p. 12-13).

O Estado do Paraná a partir de 1985 instituiu o Conselho Estadual da Condição Feminina que em 1997 passou a denominar-se Conselho Estadual da Mulher do Paraná. Em 2013, a Lei 17.504 revogou os decretos anteriores, criando o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná, de caráter consultivo, propositivo, fiscalizador e deliberativo, composto por 13 representantes do poder público e 13 membros da sociedade civil organizada.

Ao encontro das prerrogativas federais, assim como, as convenções, conferências e os movimentos feministas, o Estado do Paraná instituiu o primeiro Plano Estadual de Políticas para Mulheres em 2015 e, em 2018, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná (CEDM/PR), o qual aprovou o Plano Estadual de Políticas para Mulheres do Estado do Paraná. No período regente de 2018 a 2021 seu plano de ação consistiu em objetivos estratégicos, ações vinculadas a esse objetivo e metas das ações que comprovem sua realização.

O Ministério da Segurança Pública (2018) estabeleceu estratégias e ações voltadas aos profissionais da Segurança Pública no atendimento à vítima de violência doméstica, indo ao encontro às perspectivas de enfrentamento a violência contra a mulher e, deste modo, inseriu no seu plano de política nacional o objetivo 02 que consiste em:

Reduzir todas as formas de violência contra a mulher, em especial as violências doméstica e sexual, prevenir e reprimir situações de exploração sexual (independentemente de gênero) e aprimorar o atendimento a cargo dos órgãos operacionais do SUSP nos casos envolvendo populações vulneráveis e minorias. (BRASIL, 2018, p. 45).

Essas políticas de enfrentamento são um marco para a legislação brasileira, uma vez que essa se estrutura num modelo marcado pelo patriarcalismo e pela dominação dos corpos femininos. Contudo, o ano de 2020 trouxe um novo desafio, a Pandemia da COVID-19 e com ela o isolamento social e o agravamento dos casos de violência doméstica. Como medida de prevenção, a ONU junto com o Governo Federal lançou as “Diretrizes para atendimento em casos de violência de gênero contra meninas e mulheres em tempos da pandemia da COVID-19”.

As Diretrizes para atendimento em casos de violência de gênero contra meninas e mulheres em tempos da Pandemia da COVID-19 foram elaboradas com base em recomendações internacionais para atuação dos governos em casos de violência de gênero contra as mulheres e meninas durante a pandemia da COVID-19. (ONU MULHERES, 2020, p. 7).

Essas diretrizes têm como objetivo auxiliar as mulheres e os profissionais que atuam na área do enfrentamento à violência doméstica, principalmente no que tange à Pandemia de COVID-19 e o isolamento que se fez necessário nesse período.

É notória as mudanças que se originaram devido às políticas implantadas no enfrentamento à violência contra a mulher, porém, não se pode deixar de fora os retrocessos que também foram se instaurando, como a desmantelamento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, agora conhecida como Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no governo do atual presidente, assim como o não cumprimento dos tratados e convenções firmados pelo Brasil como signatário. Além da descontinuidade dos serviços em esferas federais, estaduais e municipais, a falta de um relatório de acompanhamento permanente das vítimas, principalmente nos municípios menores. Ainda assim, mesmo com a implantação de alguns serviços, é preciso que esses sejam melhor fiscalizados e geridos.

Segundo Silvana Barros dos Santos Teixeira:

As políticas públicas, em geral, são entendidas como ações do Estado que buscam responder às necessidades da sociedade, contudo, não se trata de meras concessões ou benesses. As políticas públicas estão atravessadas por interesses sociais diversos: governamentais, econômicos, políticos, institucionais e sociais, sendo, na realidade, um campo de disputas, consensos e divergências (TEIXEIRA, p. 37-38)

Ao observar mais atentamente os (as) profissionais que atuam diretamente com essas mulheres, suas posturas, posições e formação na área, traçando um olhar compreensivo sobre todo o instrumento político, institucional no qual as políticas públicas estão agindo, tende a ampliar a compreensão e auxiliar o entendimento do que está sendo realizado no Litoral Paranaense.

Esta pesquisa corrobora, nesse sentido, de olhar para a percepção dos (as) profissionais da linha de frente da Segurança Pública, através de seus relatos de experiência no que tange às Patrulhas Maria da Penha nos municípios do Litoral do Paraná. Busca-se, com isso, verificar a quantidade de serviços especializados, nesses três municípios, partindo de suas especificidades, como se constituem, suas estruturas de serviço, suas composições, o desenrolar técnico do trabalho prestados à vítima de violência, assim como, sua formação profissional, seus entendimentos sobre gênero e violência de gênero, seus desafios, sentimentos e perspectivas.

5 VIVÊNCIA DOS (AS) PROFISSIONAIS DA PATRULHA MARIA DA PENHA NO LITORAL DO PARANÁ SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021) uma em cada três mulheres já foi vítima de violência física ou sexual, sendo a violência de gênero caracterizada como lesão, morte ou dano psicológico contra si ou outras pessoas, devido ao uso de força física, poder ou ameaça. Ainda nesse contexto, a OMS declara que “a violência contra as mulheres é endêmica em todos os países e culturas, causando danos a milhões de mulheres e suas famílias”.

Os tipos de violência podem ser enumerados em cinco formas, segundo a Lei 11.340/2006 Lei Maria da Penha: violência física, violência patrimonial, violência moral, violência psicológica, violência sexual. Porém, ainda existem outros tipos de violência, como: assédio moral, assédio sexual, aborto sem consentimento, cárcere privado, exploração sexual, pornografia sem consentimento, tráfico de pessoas, violência institucional, violência obstétrica e feminicídio, todos previstos em Lei.

Ao analisar o contexto da violência contra a mulher é possível verificar que ela ocorre geralmente dentro do âmbito familiar, ou seja, dentro de suas casas, e que o processo histórico desse tipo de violência não é recente; contudo, começa a ganhar as ruas e entrar na agenda das lutas que devem ser combatidas com veemência por toda sociedade. Partindo desses pressupostos epistemológicos que se estruturam as pautas dos movimentos feministas, ou seja, a dominação masculina, sobre o gênero feminino, no que tange a divisão sexual do trabalho, os direitos femininos e o enfrentamento a violência de gênero, entre outros aspectos dessa dominação. (Bourdieu, 2002).

Os dados referentes à violência doméstica, levantados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020), apontam que foram contabilizadas 10.434 medidas protetivas no estado do Paraná no ano de 2018 e, no ano de 2019, 36.799 casos, o que representa aumento de cerca de 250%. Ainda, o relatório cita que, em relação aos casos de feminicídios, o Brasil apresentou, no ano de 2018, um total de 1.229 casos e, no ano de 2019, 1.326 casos. No estado do Paraná, esses números foram

de 69 casos em 2018 e 89 casos em 2019, o que corresponde a aproximadamente 28% de aumento.

As políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, como a promulgação da Lei Maria da Penha, possibilitaram ao gênero feminino mais um passo na luta contra a violência de gênero. Segundo Minayo (2007, p. 1262):

A participação do movimento de mulheres brasileiras, na introdução da violência de gênero na pauta do setor saúde no Brasil, teve uma expressão fundamental na construção do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), promulgado em 1983.

Seguindo essas premissas de combate à violência, muitos municípios estão instituindo as “Patrulhas Maria da Penha”, as quais têm em seu cerne o acompanhamento das mulheres em situação de violência. Dentre os sete municípios do Litoral do Paraná, três deles já possuem equipe trabalhando no acompanhamento preventivo das vítimas de violência doméstica. O objetivo aqui é a análise da percepção dos (as) profissionais da segurança pública, com foco nas “Patrulhas Maria da Penha”, delineando a questão da violência doméstica contra mulheres no litoral do Paraná.

Partindo desses pontos foi lançado o caminho da pesquisa, visto que a violência fez e faz parte da história do homem, conforme Andréa Schactae (2020, p. 118) relata em seus estudos: “as armas e a violência pertencem historicamente aos homens, porque são justificadas por uma construção que naturaliza os atributos vinculados ao sexo masculino – como a força, a coragem, a razão”.

A pesquisa tem o intuito de refletir sobre como está sendo realizado o enfrentamento da violência de gênero feminino, a partir das instituições de Segurança Pública que possuem equipes da Patrulhas Maria da Penha, partindo das experiências dos (as) profissionais (os) que atuam nessas equipes específicas. A delimitação territorial foi o Litoral do Paraná, os (as) profissionais selecionados foram os agentes de Segurança Pública do quadro da Guarda Civil Municipal (GCM's). Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica quantitativa com os levantamentos de dados sobre violência contra o gênero feminino em artigos científicos que embasassem essa pesquisa. Nos dados sobre violência principalmente naqueles que têm como referência os dados da Segurança Pública, como no caso do Atlas e do Anuário, assim como referencial teórico sobre gênero, violência, segurança, território e desenvolvimento.

O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA⁴

O projeto de pesquisa foi inserido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) na Plataforma Brasil (base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/CONEP), com o número CAAE 37258620.7.0000.0102. A proposta de estudo foi centrada no método de análise compreensivo, que segundo Minayo (1994, p.23), versa sobre “a compreensão da realidade humana vivida socialmente”.

O processo de estudo foi iniciado com a elaboração de entrevistas semiestruturadas, o formato transita entre os outros modelos de entrevista, e acaba por agregar diversas frentes de trabalho, onde não limita nem o entrevistador nem o entrevistado, contudo, auxilia no caminho que se pretende seguir.

O trabalho de campo permite obter informações e conhecimentos sobre o objeto de estudo ou uma hipótese de pesquisa. Em geral, os investigadores utilizam vários instrumentos: entrevistas estruturadas, semiestruturadas, em profundidade, observação, coleta de material documental e outros. Esta etapa para a avaliação de dados primários e a captação de outros materiais que balizam a dimensão e o sentido das atividades. (DESLANDES, 2005, p. 157).

Nesse sentido, foi elaborado um questionário composto por dezenove (19) questões, as quais são divididas em três grandes tópicos: questões pessoais, questões profissionais e questões de gênero; o roteiro de entrevista encontra-se no apêndice deste estudo.

A escolha dos (as) participantes para a pesquisa ocorreu por aqueles (as) que são integrantes da Patrulha Maria da Penha de cada município do litoral, sendo estes: Paranaguá - 04 profissionais, Matinhos - 02 profissionais e Pontal do Paraná - 02 profissionais, o que contabilizou 8 entrevistas.

É importante salientar nesse momento que, mesmo que outras equipes da viatura realizem o atendimento a violência doméstica, somente a Patrulha Maria da Penha faz o acompanhamento das vítimas pós-medidas protetivas.

Na sequência, o material coletado das entrevistas foi transcrito e inserido no programa “Nvivo”, versão release 1.4.1. A utilização de um software para auxiliar no trabalho de pesquisa tem como objetivo principal a sistematização dos dados coletados e sua análise. Essa importante ferramenta viabiliza a técnica de pesquisa,

⁴ Neste estudo os nomes das autoras femininas serão enfatizadas, visando dar visibilidade às mulheres.

enriquecendo seu conteúdo e estrutura. A escolha de um software que auxilie no processo da pesquisa, além de enriquecer as análises, deve ser compatível com o que se pretende estudar (Andrade, 2020), e seguindo essas premissas se optou pela escolha desse programa.

Por meio da frequência das palavras encontradas pelo software nas respostas do questionário, foi possível a formulação de uma nuvem de palavras que representa as narrativas dos (as) profissionais entrevistados (as). A partir dessas imagens será realizada a Análise de Conteúdo das entrevistas.

COLETA DE DADOS

Após a elaboração do questionário de entrevista, foi realizada a primeira entrevista teste, considerando que sua aplicação visa corroborar com a verificação das informações que se pretende levantar na pesquisa. Para Gil (1987, p. 132) “o pré teste evidencia possíveis falhas na redação do questionário, sua complexidade, imprecisão ou questões desnecessárias”.

O primeiro contato com os (as) profissionais ocorreu através de ligações ou via redes sociais (WhatsApp) para agendamento da entrevista. A pandemia da Covid-19 dificultou o processo desse agendamento, pois muitos profissionais foram deslocados para outros serviços, além do habitualmente realizado na Patrulha, como barreiras sanitárias e no auxílio dos locais de vacina, salientando também que nesse período muitos profissionais ainda não haviam sido imunizados. Procurou-se, nessa etapa, explanar um pouco sobre o objetivo da pesquisa, a forma que seria realizada e sobre o termo de consentimento livre e esclarecido; as entrevistas foram gravadas em locais, datas e horários por eles (as) estabelecidos.

O primeiro município a ser entrevistado foi a cidade de Paranaguá, que conta com quatro integrantes na sua equipe, contabilizando duas equipes, sendo um homem e uma mulher em cada uma delas.

O segundo município a participar foi a cidade de Matinhos, que possui dois integrantes, sendo um homem e uma mulher, os quais cumprem seu horário de serviço de segunda a sexta exclusivamente na Casa da Mulher Matinhense.

O terceiro município a participar da pesquisa foi a cidade de Pontal do Paraná, também com dois integrantes, um homem e uma mulher da GCM, que cumprem sua

escala de serviço de segunda a sexta no prédio do DETRAN no Balneário de Ipanema, desempenhando outras funções, concomitantemente às da Patrulha Maria da Penha.

As entrevistas foram realizadas em seus locais de trabalho, fato que contribuiu para conhecer um pouco mais do local de serviço dos (as) profissionais entrevistados (as) e permitiu que estes ficassem mais confortáveis.

RESULTADOS

As entrevistas foram realizadas individualmente com os (as) 08 profissionais que atuam na Patrulha Maria da Penha. O roteiro de entrevista, serviu como instrumento norteador das questões. Os (as) integrantes da Patrulha Maria da Penha no Litoral Paranaense são exclusivamente integrantes da Guarda Civil Municipal, ou seja, responsabilidade do município.

O fato de a Guarda Civil Municipal fazer parte da estrutura dos municípios acarreta a esses toda uma logística diferenciada, tanto para as cidades como para os (as) profissionais, essas relações são pautadas nas Leis que os formam enquanto profissionais da Segurança, e como essa se constitui.

O município tem grande vocação para ser o coordenador e articulador em âmbito local dos diversos atores sociais com responsabilidades em segurança pública. Os crimes e a violência acontecem na cidade e, dessa forma, o município é a face mais visível da segurança local. Sendo assim, ele também tem a capacidade de propor ações, convocar os diferentes setores do sistema de segurança pública, da justiça criminal, sociedade civil e demais secretarias municipais para pensar conjuntamente a solução para os problemas que acontecem na cidade. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016, p. 11).

O primeiro tópico é referente às questões de ordem pessoal e familiar, dos quais 50% são do gênero feminino e 50% do gênero masculino com uma média de idade entre 28 a 56 anos. O grau de escolaridade destes (as) profissionais é de 62,5% com ensino superior e 37,5% com ensino médio completo, a religião predominante entre os entrevistados (as) é a católica, depois a protestante. Também foi verificado que a maioria possui pelo menos um filho, sendo esses apresentados (as) em seu estado civil como casados (as), separados (as) e divorciados (as).

Partiu-se do pressuposto metodológico da construção social de identidade, no qual o sujeito “está submetido a uma contínua interferência socialmente determinada” Berger (2004). Assim, conhecer a constituição dos sujeitos a partir das suas relações sociais e pensar suas identidades dentro das instituições em que está inserido como

a família, escola e o trabalho, é pensar o sujeito em sua essência mais ampla, como um sujeito que influencia e é influenciado pelo meio que vive. Segundo Andréa Schactae (2020), para se pensar em identidade é preciso pensar também o espaço, entre os aspectos do sujeito:

Para se compreender as identidades e as diferenças é preciso localizar os espaços de construção do discurso e identificar o jogo de poder e de exclusão que as significam, pois as identidades são o ponto de convergência entre as práticas e os discursos, isto é, são as posições ocupadas pelos sujeitos nos espaços sociais. (SCHACTAE, 2020, p. 38).

Dessa forma, é preciso conhecer as identidades dos (as) profissionais e entender a forma como esses veem o mundo a sua volta, sem fazer juízo de valor, mas sim verificar as instituições que constituíram esses profissionais enquanto sujeito e seu caráter ideológico. Esses (as) são especificamente profissionais da área da segurança pública, ou seja, a violência se constitui como parte integrante de sua ação profissional.

Sendo assim, é preciso entender como esses (as) profissionais se constituem dentro do seu ambiente de trabalho, conforme Schneider (2015, p.50), “No campo da segurança pública, o capital simbólico é bem representativo, principalmente na polícia militar, e na guarda municipal, visto que são organizações que primam pela obediência e pela ordem hierárquica”, com alusão aos profissionais da Guarda Civil Municipal, esses vão ter como referência para sua constituição, a polícia militar.

A criação de Guardas parecia uma boa ideia aos mandatários do poder público, mas não havia pessoal qualificado para formular um projeto de criação de Guarda, o que levou muitos municípios a colocar suas guardas sob a direção dos especialistas em segurança pública disponíveis, entregando estas novas organizações a policiais militares ou civis, muitos deles impregnados com as visões mais tradicionais de segurança pública. Ainda segundo os autores “num processo muito rápido, as Guardas Municipais também começaram a estabelecer parâmetros de uma cultura organizacional, com reflexos tanto em sua estrutura interna como no projeto de difusão nacional de um modelo de Guarda”. (BRETAS e MORAIS, 2006, p. 159-160).

Em seus estudos, Schneider (2015) traz informações acerca da criação da primeira Guarda Municipal no Paraná:

A guarda municipal paranaense, por sua vez, foi criada em 1986, na cidade de Curitiba, capital do Estado, com a função de caráter preventivo, realizando atividades comunitárias de segurança urbana, prestando apoio aos órgãos policiais estaduais, quando solicitadas. “A primeira turma de guardas municipais contou com 300 homens e apenas 30 mulheres”. (SCHNEIDER, 2015, p. 66).

Destaca-se a essa altura da pesquisa as discussões das questões referentes ao trabalho e às questões profissionais como: competências, organização, escala de serviço e as atividades que realizam dentro da instituição da Guarda Civil Municipal. Verificou-se neste ponto específico, que mesmo tendo como princípio da sua atuação profissional o caráter preventivo, as Guardas passaram por um processo de formação, muito parecido com o da Polícia Militar, conforme relata o (a) entrevistado (a) 04:

“GCM: Sempre foi uma vontade desde criança entrar na área da Segurança Pública, sempre falei para o meu pai que queria ser polícia”.

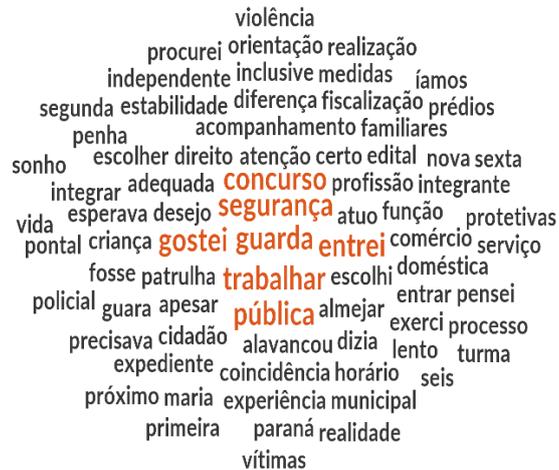
É de suma importância caracterizar a diferenciação dos serviços e da constituição da Guarda Civil Municipal com o da Polícia Militar, pois o serviço da Polícia Militar se caracterizaria como algo mais ostensivo e repressivo, o da GCM se definiria como um serviço mais preventivo. Porém, com a promulgação do Estatuto das Guardas Civis Municipais o (a) GCM ganha status de polícia, ou seja, além de preventivo, agora ele será ostensivo.

Se o *modus operandis*, já era muito parecido, a partir do Estatuto o seu campo de atuação dobra, assim como suas competências, isso reverbera no modo de atuar com os munícipes que pode vir a ser mais repressivo que preventivo devido a sua formação e até a sua atuação. Entretanto, para Silva (2015, p. 66) “a tendência pós-moderna da segurança é a comunitarização em benefício de todos”. Vislumbra-se um novo modelo de segurança a partir da constituição das Guardas Civis Municipais.

Considerando as questões profissionais, referentes as perguntas 07 e 08 do questionário aplicado, no que tange o trabalho realizado na corporação, seu processo de entrada e o porquê dessa escolha profissional, assim, como o trabalho desempenhado e a carga horária de serviço foi possível verificar com a utilização do software Nvivo as frequências das palavras mais citadas nesse ponto da entrevista. Conforme ilustrado na figura 3

Importante salientar aqui que, para começar a atuar como GCM's, os (as) novos (as) profissionais passam por um período chamado de “escola”, que dura em torno de 6 meses, onde os mesmos aprendem diferentes disciplinas para seu campo de trabalho seguindo a grade curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública SENASP, analisar essa formação ajuda a entender a constituição dos indivíduos enquanto profissionais da segurança pública.

Figura 3 - Nuvem de palavras relacionada à formação dos (as) profissionais



Fonte: Software Nvivo, compilada pela autora (2021).

Neste ponto, as questões que foram recorrentes aos profissionais em seu universo de trabalho na Segurança Pública, consideraram este como um trabalho que possui um valor social; muitos declararam possuir familiares nessa área ou ter um desejo pela mesma. Outros(as), depois que se referiam a este assunto declararam ter feito o Concurso a princípio pela estabilidade de ser funcionário (a) público concursado, e apenas após o início de suas atividades como guarda começaram a gostar do serviço.

Faz-se necessário problematizar as relações de trabalho e as transformações decorrentes do mundo do trabalho, nessas instituições, visto que essa reflete em toda sociedade, pois é uma instituição que possui um caráter ideológico e identitário, assim como tem em sua estrutura um projeto, um modelo, no qual reverbera nos projetos educacionais, sociais e econômicos seguindo, assim, para uma concepção de mundo conhecido como o mundo do trabalho, conforme relato de Weber:

A economia capitalista moderna é um imenso cosmos no qual o indivíduo nasce, e que se lhe afigura, ao menos como indivíduo, como uma ordem de coisas inalterável, na qual ele tem de viver. Ela força o indivíduo, à medida que ele esteja envolvido no sistema de relações de mercado, a se conformar às regras de comportamento capitalista. (WEBER, 2006, p.50).

A escala de serviço dos (as) profissionais que atuam na Patrulha Maria da Penha dos três municípios é de segunda a sexta-feira, geralmente das 08h às 18h. Por sua vez, questionar sobre suas escalas de serviço e atividades que realizam tem como objetivo apresentar uma visão geral de como esses (as) profissionais trabalham.

Ainda sobre o trabalho, seus horários e o serviço desempenhado, podem e devem ser relacionado a área da saúde do (as) profissionais, conforme pesquisa realizada por Silva (2004) que levanta aspectos importantes sobre as possíveis causas de adoecimento na Guarda Municipal. Ele relata que atividades profissionais exercidas em turnos alternados causam desgaste, estresse e adoecimento, bem como o patrulhamento a pé causa desgaste físico, pois é feito com armamento, coturno e cinto pesado. Além disso, relata ainda em sua pesquisa, a existência de incertezas, inseguranças e tensões em relação à mudança de gestão municipal repercutindo no “psiquismo coletivo” e nas atividades dos trabalhadores da Guarda Civil Municipal. Contribui a isso, há a sobrecarga de serviço com o acúmulo do trabalho com “bicos”, a tensão e a excitação nas tentativas de obtenção de renda.

Todos esses pontos alçados podem refletir no atendimento às mulheres vítimas de violência. Porém, é preciso que o (a) profissional que vai atender os casos de violência, seja essa violência em público ou em âmbito privado, como a violência doméstica, esteja bem preparado(a) tanto física como psicológica e profissionalmente.

A segunda rodada das entrevistas traz as questões profissionais e de gênero. Ao serem questionados (as) sobre o que entendem por gênero, as respostas divergiam entre os (as) que sabiam um pouco, nada sabiam ou estão aprendendo:

GCM 01. Quando a gente fala, pensa que é só homem e mulher, mais na realidade e muito mais amplo. O gênero, hoje quando você vê um exemplo das nossas vítimas é mais amplo que o biológico.

GCM 03. De uma forma resumida, está ligada mais as construções sociais do que algo que é natural ou biológico.

O entendimento do conceito de gênero corrobora o atendimento dos profissionais que trabalham com a Patrulha Maria da Penha, visto que a Lei Maria da Penha nº 11.340/ 2006, na qual os (as) profissionais embasam as prerrogativas de seu atendimento, conceitua em seu Artigo 5º como um tipo de violência que se baseia exclusivamente no gênero.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. (SCOTT, 1989, p. 07).

Essas narrativas mostram como a questão de gênero ainda é um tabu a ser tratado. É preciso que os (as) profissionais tenham um mínimo de conhecimento para que possam exercer sua função adequadamente.

Entender sobre gênero não é uma tarefa fácil, pois por anos as pessoas foram ensinadas que as diferenças biológicas se dividiam em masculino e feminino, desde o berço já colocavam a cor rosa na menina e o azul no menino. As escolhas de lá para cá pareceriam fáceis: as meninas só tinham que escolher brincar de boneca e os meninos de carrinho. Porém, com isso criou-se a visão de superioridade do gênero masculino sobre o feminino.

A violência doméstica se substancia no princípio dessa dominação a qual foi imposta ao gênero feminino, e, dessa forma, a quebra desses paradigmas é uma constante no coletivo feminista. Abranger como essas construções sociais se formam e como trabalhar com elas para ceifá-las da nossa sociedade, é algo que deve ser comum a todos, principalmente às instituições de Segurança que irão trabalhar com mulheres em situação de violência.

Ao serem questionados (as) se possuem formação específica para trabalhar com a violência de gênero, todos os (as) entrevistados (as) relataram que passaram por uma formação junto à Patrulha Maria da Penha da cidade de Curitiba, sendo está a segunda cidade no país a ter implantada na sua equipe da Guarda Civil Municipal a Patrulha Maria da Penha, no dia oito de março de 2014. A primeira foi em Foz do Iguaçu, porém na estrutura da Polícia Militar do Estado. Dessa forma, a Patrulha Maria da Penha de Curitiba é um referencial para os demais municípios do Paraná, pelo seu tempo de atuação na área e por contar com uma equipe multidisciplinar que trabalha no enfrentamento à violência contra a mulher e também por possuir uma casa de acolhimento para elas, chamada de “Casa da Mulher Brasileira”.

Nesse sentido é preciso deixar claro que as Polícias Militares podem e devem implantar em seu quadro de serviço as Patrulhas Maria da Penha, haja vista que seu poder de atuação territorial é mais abrangente, sendo que muitos batalhões da PM já estão instituindo esses serviços, como o 9º Batalhão da Polícia Militar localizado no município de Paranaguá. Sua estrutura ainda está em processo de adequação, porém não se pode deixar de mencionar esse importante marco no enfrentamento à violência contra a mulher.

Os relatos dos (as) GCM's (Guardas Civis Municipais) é que não há formação específica na escola da guarda sobre as questões de gênero. Entretanto, a SENASP

(Secretaria Nacional de Segurança Pública), disponibiliza cursos em sua plataforma, possuindo uma grade de cursos ampla e que abrange diversas temáticas, entre elas há, por exemplo, o curso de “PRINCÍPIOS DO ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA”, com uma carga horária de 30 horas, totalmente online e dividido em três módulos. O primeiro módulo aborda dados e as causas da violência doméstica e familiar contra as mulheres; o segundo módulo, trata dos tipos e o ciclo da violência doméstica, já o terceiro módulo, faz referência às análises dos aspectos legais, finalizando com um tópico sobre a rede de atendimento às mulheres.

Dentro de cada módulo é possível encontrar materiais complementares como artigos, links e vídeos que auxiliam na formação e na assimilação do conteúdo. Porém, esses cursos não são obrigatórios, sendo assim, há escolha de os (as) profissionais fazerem ou não essa capacitação. Jocelaine Espindola da Silva Arruda (2015), ressalta a importância da capacitação dos (as) profissionais que atuam na área, suas palavras dizem que “a sensibilização e a capacitação continuada de todos/as aqueles/as que trabalham no enfrentamento à violência, bem como a sensibilização, vontade e atitude dos gestores públicos” (ARRUDA, 2015, p. 130).

As questões pertinentes sobre a importância de cursos, e se os (as) mesmos (as) acham importante fazer, foram unânimes em dizer que sim, são importantes e a maioria já fez ou faz por conta própria.

Em relação ao trabalho que realizam, as equipes da Patrulha Maria da Penha expuseram que eles (as) fazem o acompanhamento das medidas protetivas das mulheres em situação de violência, mas se no período do plantão ocorrer alguma situação referente a violência doméstica eles(as), assim como qualquer outra viatura que esteja próxima, deslocam-se até o local para averiguação. Sendo assim, é a viatura mais próxima do local do chamado que faz o primeiro atendimento à vítima de violência, solicitada via telefone para a central da Guarda Civil Municipal.

Na figura 4, podemos verificar que todos (as) profissionais relataram sobre as medidas protetivas e sua importância, sendo essa parte integrante do dia a dia dessas equipes, e funciona como uma proteção efetiva legal das mulheres em situação de violência.

As Medidas Protetivas tem como objetivo proteger a integridade física da mulher, essas medidas tramitam em apartado dos processos principais, ou seja, aquele que terá a denúncia do crime pela vítima.

e da sua permeabilidade, onde apresenta uma relação entre esse e a sociedade na formulação e gestão de uma política pública, que segundo ele: “A importância desses atores tem origem na sua capacidade de realizar ações baseadas em seus destacados recursos de poder, assim como na ocupação de determinadas posições na cadeia de produção das ações do Estado” (MARQUES, 1999, p. 46).

Os dados sobre Medidas Protetivas trazidas pelo Anuário de Segurança Pública, vislumbram um pouco das falas apresentadas pelos (as) profissionais e dão uma dimensão do trabalho por eles (as) realizado. No ano de 2019 foram concedidas 30.630, em 2020 33.412 medidas. Mas infelizmente não tem como mesurar o número de medidas concedidas nos três municípios específicos, pois o Anuário não tem essas informações e os municípios por meio dos (as) GCM's não dispõem desses dados como foi relatado anteriormente devido ao não terem acesso completo ao PROJUDI.

Neste ponto específico, seria necessário realizar uma outra pesquisa, junto aos Fóruns de cada município, para levantar esses dados, por ser uma instituição diferente da pretendida nessa pesquisa. Buscou-se aqui identificar as experiências dos (as) profissionais conhecidos (as) como burocratas de rua, ou seja, os (as) profissionais que desempenham o processo de enfrentamento da violência diretamente com as vítimas, os primeiros a chegar no local da agressão.

Conforme aponta Lipsky (2019) “as relações dos cidadãos com as burocracias de nível de rua, envolve interações complexas”, no caso dos (as) GCM's esses (as) são os (as) primeiros (as) a chegar no local da ocorrência, cabendo a esses (as) prestar os primeiros atendimentos, assim como registrar o ocorrido dos fatos em seus relatórios, e encaminhar vítima e agressor para a delegacia. Desse modo, o empoderamento individual da vítima de violência doméstica se constitui em um importante mecanismo para que se sinta protegida e siga com os trâmites legais da denúncia.

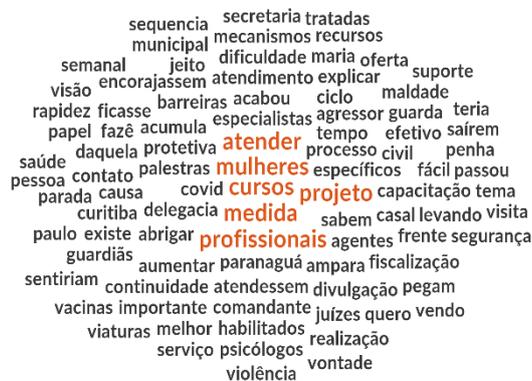
Os agentes públicos jogam um papel no processo, agindo, mesmo que inconscientemente, para o desempoderamento, quando não dão crédito às preocupações dos cidadãos ou, por vezes, quando os incentivam a participar de processos de fachada, no qual as decisões estão previamente tomadas e as ações dos afetados não terão influência real, gerando um forte sentimento de frustração. (HOROCHOVSKI, 2006, p. 8).

Ao serem indagados (as) sobre a postura adotada em relação às ocorrências atendidas, responderem que; Ao chegar ao local, primeiramente faz uma observação dos fatos, chama a vítima em separado para que relate o ocorrido e também fique

O (A) GCM 01, fez o seguinte relato sobre sua situação de trabalho: “*Nada é perfeito, a gente tem que melhorar, nós estamos com falta de efetivo devido à Covid-19*”.

Referente a questão, sobre as sugestões para melhorar a capacitação dos (as) profissionais para atendimento, a maioria trouxe como sugestão os cursos de capacitação como os mais citados, assim como interligar os sistemas de atendimento entre os órgãos, e suporte dentro das delegacias. Conforme figura 06

Figura 6 - Nuvem de palavras relacionada a melhoria dos serviços



Fonte: Software Nvivo, compilada pela autora (2021).

Na questão sobre o que poderia ser melhorado em relação à Patrulha Maria da Penha para um melhor atendimento à vítima de violência, as respostas convergiram em torno da estrutura, do aparelho estatal, para poder amparar a mulher, assim como, maior divulgação para que as mulheres saibam como se proteger, e quem recorrer em caso de agressão, capacitação para todos os (as) profissionais de Segurança Pública, visando um melhor atendimento à mulher em situação de violência, uma delegacia da mulher e um IML em cada município, outro recurso sugerido, seria o aluguel solidário, para que as mulheres, possam sair definitivamente de suas residências. No que diz respeito ao quadro de atendimento das PMP, seria o aumento de viaturas, assim como do efetivo na Patrulha Maria da Penha, cursos nas mais diferentes áreas para os (as) agentes, tratamento para o agressor, não se tornar reincidente no crime de violência doméstica, uma casa de acolhimento, adequada e preparada com profissionais nas mais diversas áreas, como: assistente social, psiquiatra, conselho tutelar, terapeuta, aconselhamento jurídico e encaminhamento profissional, para à vítima de violência doméstica e também para seus dependentes.

CONSIDERAÇÕES

No Brasil, desde 2006, as mulheres em situação de violência contam com um aparato legal conhecido como Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006, que dispõe sobre a consagração de direitos e um sistema de proteção social que visa coibir a violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher, além de punir o agressor. A lei assegura às mulheres oportunidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental, seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social, independente de classe, raça, etnia e orientação sexual. Embora este marco legal seja um mecanismo de proteção social às mulheres vítimas de violência, muitas ainda sofrem caladas, acometidas pelas mais perversas formas de violência. Pesquisa realizada por Wanzinack (2021) verificou que “os homicídios de mulheres e meninas no Estado do Paraná, demonstram que em sua maioria se caracterizam por lesões decorrentes de disparo de arma de fogo (44%), seguido por lesões por objetos perfurantes ou cortantes (32%)”. Muitas vezes não há denúncia do agressor por diversos motivos, sejam estes de ordem familiar, pela proteção dos filhos, pela afetividade, questões relacionadas à estrutura financeira, e até mesmo por temer represálias. Outros indicadores que devem ser lembrados, aliam-se à questão de segurança pessoal e o risco social ao qual as mulheres podem ficar expostas, após a denúncia.

Sinaliza-se por meio desse estudo que é preciso, além de leis, que existam profissionais preparados, formados e engajados no enfrentamento a violência doméstica, buscando dar um melhor suporte as vítimas. Neste sentido, buscou-se verificar junto aos profissionais das Patrulhas Maria da Penha, suas percepções sobre o serviço por eles (as) realizados (as), pois, se trata de uma equipe diferenciada, não somente no serviço que desempenha, mas também no que cabe a sua função. Que segundo Silva (2015, p.63) “marca a construção de um novo modelo de Segurança Pública”.

Conforme relato de um (a) profissional da área, qualquer viatura faz o serviço de atendimento a agressão, mas, somente a Patrulha Maria da Penha faz o acompanhamento da vítima. Nesse acompanhamento, pós medida protetiva, é que será dado continuidade ao caso e a possível punição do agressor, sendo, desse modo, necessário que os (as) profissionais estejam preparados (as) e capacitados (as) para prestar um bom atendimento as mulheres vítimas de violência doméstica.

Evidenciou-se uma demanda significativa em alguns pontos, considerados essenciais para efetivação do enfrentamento, conforme fora trazido pelos (a) profissionais entrevistados (a), como por exemplo: formação específica dos (as) profissionais, num âmbito geral da corporação, principalmente nas questões sobre gênero (visto que, a lei abrange diversos tipos de gênero); entender as diferenças que vão além do feminino e masculino, rompendo também com a ideia pré concebida de uma estrutura patriarcal, machista e sexista; o aumento do efetivo das Patrulhas Maria da Penha, que contribuiria para ampliar ainda mais os atendimentos das vítimas de violência; assim como dar mais agilidade e eficácia nos atendimentos à mulher, visando a manutenção de sua integridade física e mental, bem como efetuar a detenção de seu agressor, para que este responda por seus atos.

Outro ponto importante seria a implantação de delegacias especializadas para atendimento as vítimas em todos os municípios, assim como Institutos Médicos Legais para ajudar no exame de corpo delito, o que contribuiria substancialmente para que a vítima se sentisse mais segura e prosseguisse com o processo; a aquisição de mais viaturas e implantação de botão do pânico, são ferramentas importantes que poderiam auxiliar ainda mais o serviço prestado as vítimas.

Outro mecanismo de apoio é o “aluguel solidário”, que seria utilizado por mulheres que estão em situação de vulnerabilidade, podendo sair de suas residências até que se encontrem em situação de segurança; ou ainda uma casa de acolhimento, com profissionais especializados para auxiliar no aconselhamento psicológico dessas mulheres e de seus (suas) filhos (as) que já se encontram sensíveis pela situação vivida. Um direcionamento profissional para essas mulheres aliado a um processo educacional para as inserir novamente ao mundo do trabalho e sair da situação de dependência do agressor. Ou seja, é preciso uma rede de apoio para essas mulheres, que se efetive para além da separação dos corpos.

Foi possível verificar através das análises realizadas que somente políticas públicas de proteção às mulheres podem mudar esse quadro trágico de invisibilidade e vulnerabilidade em que essas se encontram. Muitos avanços foram realizados, no sentido do enfrentamento a violência de gênero, especialmente com aprovação de algumas leis. Porém, é preciso que se faça mais para combater a violência de gênero, a sociedade precisa se conscientizar dessa dura realidade para que de fato a violência diminua e as mulheres possam verdadeiramente exercer sua cidadania.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou trazer algumas questões pertinentes ao enfrentamento da violência doméstica no litoral paranaense, com um olhar voltado às Patrulhas Maria da Penha já implantadas nos três municípios litorâneos: Matinhos, Paranaguá, e Pontal do Paraná.

O problema inicial da pesquisa foi a efetivação das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica no Litoral do Paraná. Nesse ponto verificou-se que o Estado do Paraná apresentou avanços com a implantação de algumas leis estaduais, entre elas o Conselho Estadual da Condição Feminina que em 1997 passou a denominar-se Conselho Estadual da Mulher do Paraná. Em 2013, a Lei 17.504 revogou os decretos anteriores, criando o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná (CEDM/PR), de caráter consultivo, propositivo, fiscalizador e deliberativo, composto por 13 representantes do poder público e 13 membros da sociedade civil organizada. O Estado do Paraná instituiu o primeiro Plano Estadual de Políticas para Mulheres em 2015 e, em 2018, o CEDM/PR aprovou o Plano Estadual de Políticas para Mulheres do Estado do Paraná. No período regente de 2018 a 2021 seu plano de ação consistiu em objetivos estratégicos, ações vinculadas a esses objetivos e metas das ações que comprovem sua realização. Sendo também que a capital do Estado do Paraná, Curitiba, possui a Patrulha Maria da Penha implantada desde 2014, assim como a Casa da Mulher Brasileira, que são referências para outros Estado e principalmente para os municípios litorâneos, haja visto que a PMP Curitiba é parte integrante da GCM e todos (as) os (as) entrevistados (as) disseram ter passado por um curso junto a esses (as) profissionais para aprimoramento dos seus serviços no litoral.

Em síntese as questões levantadas nas bases de dados quanto os estudos realizados sobre a violência no que se refere a segurança pública ainda se encontram em construção, ao passo que os casos de violência contra as mulheres cresceram em ritmo alarmante. Procurou-se trazer nesta pesquisa as questões pertinentes as relações estabelecidas entre as esferas do Estado e a aplicação das políticas públicas, a ele concernente assim como as lutas dos movimentos feministas para a efetivação das leis

Quanto as vivências, foi possível observar distintas experiências devido as especificidades de cada território municipal. Entretanto, mesmo com características

diversas, algumas falas se relacionavam, como a importância da formação profissional dos (as) agentes da segurança pública, em um quadro geral tanto da GCM como das outras instituições, que a mulher em situação de violência vai utilizar. A carência de recursos financeiros, de efetivo, de estrutura para o atendimento, assim como delegacias especializadas, IML e uma casa de acolhimento foram questões que vieram à tona no levantamento de dados nos três municípios.

A implantação dessas equipes é um mecanismo importante no combate à violência doméstica. Todavia; não basta ter essas equipes aleatoriamente, é preciso prepará-las, equipá-las e cuidar de sua saúde física e emocional, pois, não é fácil lidar com esse problema, uma vez que pode acarretar uma grande carga emocional no (a) profissional da área de segurança que não estiver preparado(a) para enfrentar os desafios diários de sua profissão.

Pode-se dizer que os objetivos elencados no início desta pesquisa foram alcançados. Foi possível identificar as políticas públicas implantadas na área da segurança, conhecer um pouco da dinâmica territorial dos três municípios pesquisados, assim como conhecer mais a vivência profissional de seus agentes. Entretanto, o tema não se esgota, uma vez que o número de medidas protetivas acionadas conforme quadro 02 aumentou, principalmente na Pandemia de Covid-19. Ainda coube aqui verificar que as mulheres estão denunciando mais, e que essas Patrulhas fazem diferença no enfrentamento à violência doméstica e por esse motivo que devem ter suas equipes ampliadas em outros territórios do Paraná, bem como a ampliação de estudos e pesquisas sobre esse tema no campo acadêmico.

Nas questões sobre violência, gênero e, violência de gênero, a partir dos dados adquiridos, verificou-se que teve um aumento principalmente no que se refere ao gênero feminino relacionado à Pandemia de Covid-19. No tocante ao conceito de gênero, as falas dos agentes demonstraram que ainda é preciso maior esclarecimento sobre a temática, para melhor compreensão e entendimento do que é gênero, como se reproduz a violência de gênero, e como está se encontra inserida em nossa sociedade.

Na questão territorial que abrange a violência de gênero, constatou-se que cada município possui uma especificidade distinta, no seu modo de vida, de produção, localização e quantidade de habitantes, esses quesitos, interfere tanto no atendimento como no acompanhamento das mulheres em situação de violência doméstica. Ainda nesse ponto a questão do desenvolvimento se torna um pano de fundo do cenário de

violência. Na cidade de Paranaguá, por exemplo, observou-se que o efetivo é maior, sendo esse o único município do litoral paranaense a contar com um IML, o que facilita o acesso em caso de exame de corpo delito. Porém não possui uma casa de acolhimento, como no município de Matinhos, que conta com a “Casa da Mulher Matinhense”. Já o município de Pontal do Paraná, possui uma extensão territorial significativa e ainda pouco efetivo, não só na equipe da Patrulha Maria da Penha como na corporação inteira da GCM. Verificou-se que nenhum município que fez parte deste estudo possui delegacia especializada, somente delegacias comuns ou como são denominadas atualmente, delegacias cidadãs. Ademais, assim como um único IML, também só há um hospital no litoral (Hospital Regional do Litoral) para atendimento aos casos mais graves que possam ocorrer nos municípios da região litorânea, esse hospital é localizado na cidade de Paranaguá.

Dessa maneira, importante destacar que os desafios para a realização da pesquisa foram muitos, pois iniciou-se em meio à pandemia de Covid-19, fato que dificultou a ida ao campo, devido ao intenso processo de isolamento. Por outro lado, os serviços da segurança nunca pararam, foram acrescentadas ainda mais funções, em decorrência da fiscalização por meio de decretos municipais que versavam sobre estabelecimentos comerciais abertos, denúncia de festas, separação de fila de banco para entrega do auxílio emergencial, barreiras sanitárias, entre outros serviços, que foram realizados por esses agentes junto a outras instituições. No período vacinal o trabalho aumentou ainda mais, pois, além de fiscalizar, direcionar o trânsito, dar informação sobre dias horários e procedimentos sobre a vacina, o horário dobrava para além de suas escalas de serviço. Outro ponto que não pode ser negligenciado é a questão da vacina para esses profissionais, ou seja, a propaganda não condizia com a realidade. Enquanto a capital já havia ter vacinado suas equipes, aqui na cidade de Paranaguá a vacina demorou a ser aplicada nos (as) agentes, somente 5% haviam tomado vacina no mês de março de 2021, o restante tomou após os (as) profissionais da saúde e os (as) professores (as) . É preciso que isso seja registrado, pois esses (as) profissionais não pararam de trabalhar nem um dia em meio a pandemia, ficando expostos a doença e também expondo seus familiares ao mesmo risco. Sobre o ponto de vista acadêmico, estudos e pesquisas relacionados ao enfrentamento à violência de gênero feminino, contribuem para trazer voz às vítimas. Além disso, estando esse tema em pauta no meio acadêmico, auxilia na implantação de políticas públicas, sua manutenção, efetividade, visualização e, fiscalização daquilo que foi proposto em Lei.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Cinthia M. de Sena; CHEMIN, Marcelo; GÂNDARA, José Manoel. A oferta turística de Paranaguá (PR): uma análise de atrativos e equipamentos de hospedagem. **Revista de Cultura e Turismo**. Ano 06 - nº 04 - Out/2012. Disponível em: www.uesc.br/revistas/culturaeturismo. Acesso em: 05 maio 2022.

ANDRADE, Danielle Müller de; SCHMIDT, Elisabeth Brandão; MONTIEL, Fabiana Celente. **Uso do software Nvivo como ferramenta auxiliar da organização de informações na análise textual discursiva**. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v.8, n.19, p. 948-970, dez. 2020.

ALVAREZ, Sonia E. Em que estado está o feminismo Latino Americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com perspectiva de gênero. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lucia; NOBRE, Miriam. **Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: SOF, 2000. 104p.

ARENDT, Hannah. **Da Violência**. Tradução de Maria Claudia Drummond. Publicação Original: 1969/1970. Data da digitalização: 2004.

ARRUDA, Jocelaine Espindola da Silva. **Um olhar sobre a lei maria da penha no Paraná: avanços e desafios**. Dissertação (Mestrado em tecnologia e trabalho) Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

BALDIN, Rafael. **Sobre o conceito de paisagem geográfica**. Paisag. Ambiente: Ensaios, São Paulo, v. 32, n. 47, e180223, 2021. Disponível em: www.revistas.usp.br/rausp/article/view/180223. Acesso: 50 jun. 2021.

BARBOSA, Lanna Beatriz Duarte Ribeiro. Impactos da Pandemia do COVID -19 na violência contra as mulheres. In: SILVA, Mayara Costa de Oliveira; SIQUEIRA, Laurinda Fernanda Saldanha (Org.). **Violência doméstica e direitos humanos das mulheres**. 1ª ed. São Luiz, MA: Editora Expressão Feminista, 2021.

BARSTED, Leila Linhares. Seminário 30 anos da carta das mulheres aos constituintes. In: MELLO, Adriana Ramos de (org.). **30 anos da carta das mulheres aos constituintes**. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018.

BERGER, Peter L. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, Editora Vozes, 24ª ed. 2004.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. 11.ed. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOURDIER, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner – 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160 p. La domination masculine.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Projeto de Lei 7.181 de 2017. Altera a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o programa Patrulha Maria da Penha, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para inserir a proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar como atividade

imprescindível à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2067918&filename=Avulso+-PL+7181/2017. Acesso em: 03 jun. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. **Lei do Femicídio**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 22 set. 2019.

BRASIL. Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 22 set. 2019.

BRASIL. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Banco de Dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS**. Disponível em <http://www.datasus.gov.br>. Acesso: 20 nov. 2020.

BRETAS, Marcos Luiz. MORAIS, David Pereira. **Guardas Municipais: Resistência e Inovação**. p. 159, 2006.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/08/atlas-violencia-2021-v6.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.

DA MATTA, Roberto. As Raízes da Violência no Brasil: Reflexões de um antropólogo social. In: PAOLI, Maria Célia et. al. **A violência brasileira**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1982.

DESLANDES, Suely Ferreira. Trabalho de campo: Construção de informação qualitativas e quantitativas. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. pp. 155-179.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Editora Martin Claret Ltda, São Paulo, 2011.

ESTADES, Naíra Pierri. **O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 8, p. 25-41, jul./dez. 2003. Editora UFPR.

FAGNANI, Edmundo. **A política social do governo Lula (2003-2010) perspectiva histórica**. Ser social, Brasília v. 13, nº 28, p 41-80 jan/jun 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. São Paulo: FBSP, 2016. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 12 out. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. Disponível em: www.forumseguranca.org.br. Acesso em: 29 mar. 2021.

GAMA, Andréa Sousa. **As contribuições e os dilemas da crítica feminista para a análise do Estado de Bem-Estar Social**. Ser Social, Brasília, v.10, nº 22 p.41-68 jan./jun. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo. Atlas, 1987.

GODOY, Amália Maria G. **Um Olhar sobre a cidade de Paranaguá: Os impactos socioambientais das mudanças portuárias**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). UFPR, Curitiba, 1998.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Daniele. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007 595. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. SIRINO, Nárika Paola. **Sentidos e usos do empoderamento na pesquisa social**. Curso livre de teoria política. Curitiba, 2016.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e estatística**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>. Acesso em: 03 nov. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da Violência 2020**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 16 mar. 2020.

KERGOAT, Daniele. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. Paris, 2000. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner, PUGA, Vera Lucia (org). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006. 510 p. (Coleção Educação para Todos; v. 10).

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. — 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LAPLANTINE, Francois. **Aprender antropologia**. São Paulo. Editora Brasiliense, 2003.

LILACS/BIREME/OPAS/OMS. Portal do Modelo BVS. Disponível em: <https://lilacs.bvsalud.org/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; MINGARDI, Guaracy. Estado, política e segurança pública no Brasil. **Revista Direito GV**, v. 12 nº 1, jan-abr. 2016.

LIPSKY, Michel. **Burocracia de nível de rua**: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Tradução de Arthur Eduardo Moura da Cunha – Brasília; Enap 2019.

MALINOWSKI, Bronislaw kasper. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos de Nova Guiné melanésia: Tradução de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça. Revisão de Eunice Ribeiro Durham – 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os pensadores).

MARQUES, Eduardo Cesar. **Redes sociais e instituições na construção do estado e da sua permeabilidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 14 nº 41.1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Edmilson Costa. BAURU, SP 2011. EDIPRO, 2º ed., 2º tir. Série Clássicos Edipro.

MASCARO, Allyson. **Estado e forma Política**. 1ª ed. São Paulo: BOITEMPO, 2013.

MEDLINE. Portal do Modelo NLM. Disponível em: <https://www.nlm.nih.gov/medline/index.html>. Acesso em: 02 fev. 2020.

MENEGHEL, Stela Nazareth; et.al. **Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero**. Ciência & Saúde Coletiva, 18 (3):691-700, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A inclusão da violência na agenda da saúde**: trajetória histórica. Rio de Janeiro. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 11 (Sup): 1259-1267, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 244 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection. 132 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ. Editora vozes, 1994.

MOREIRA, Thomaz Macedo Camila. Mulheres, violência doméstica e mercado de trabalho em tempos de pandemia: contínuos desafios. In: SILVA; Maynara Costa de Oliveira; SIQUEIRA, Laurinda Fernanda Saldanha (org.). **Violência doméstica e direitos humanos das mulheres** (Livro eletrônico) - 1ed. – São Luís, M: Editora Expressão Feminista, 2021.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 29 jul. 2021.

OPAS (Organización Panamericana de la Salud), 1993. **Resolución XIX: Violencia y Salud**. Washington, DC: Opas. (Mimeo).

OPAS. **Organização Pan-Americana da Saúde**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/brasil>. Acesso em: 01 nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS – **ONU Mulheres Brasil**. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **OMS: uma em cada 3 mulheres em todo mundo sofre violência**. Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-violencia>. Acesso em: 05 mar. 2021.

PARANÁ. **Decreto nº 3700 de 28 de julho de 1977**. Aprova o Regulamento e a Estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Disponível em: <http://celepar7cta.pr.gov.br/seap/legrhv1.nsf/5199c876c8f027f603256ac5004b67da/b843761e88d510f403256acd005fbcc9?OpenDocument>. Acesso em: 02 abr. 2020.

PARANÁ. **Decreto nº 5040 de 11 de maio de 1989**. Aprova o Regulamento que define o macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-5040-1989-parana-aprovacao-do-regulamento-que-define-o-macro-zoneamento-da-regiao-do-litoral-paranaense>. Acesso em: 27 out. 2020.

PARANÁ. **Lei 11.252 de 20 de dezembro de 1995**. Cria o município de Pontal do Paraná, desmembrado do Município de Paranaguá. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=3529&indice=2&totalRegistros=274&anoSpan=2002&anoSelecionado=1995&mesSelecionado=0&isPaginado=true>. Acesso em: 03 abr. 2020

PARANÁ. **Lei 17.504 de 11 de janeiro de 2013**. Cria, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado responsável pela política pública da mulher, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná. Redação dada pela Lei 18658 de 16/12/2015. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=85156&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em: 02 abr. 2020.

PARANÁ. **Lei 19.788 de 20 de dezembro de 2018**. Institui no âmbito do Estado do Paraná as Patrulhas Maria da Penha e dá outras providências. Disponível: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=213662&dt=1.1.2022.16.47.2.983>. Acesso em: 03 abr. 2020.

PARANAGUÁ. **Decreto nº 385 de 18 de janeiro de 2001**. Aprova o Regulamento disciplinar da Guarda Municipal de Paranaguá. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/decreto/2001/39/385/decreto-n-385->

2001-aprova-o-regulamento-disciplinar-da-guarda-municipal-de-paranagua-2002-01-29-versao-consolidada#:~:text=Art.%201%C2%BA%20Fica%20aprovado%20o%20Regulament o%20Disciplinar%20da,%22S%C3%A3o%20Jos%C3%A9%22%2C%20em%2018%20de%20janeiro%20de%202001. Acesso em: 05 fev. 2020.

PARANAGUÁ. **Lei nº 2067, de 17 de dezembro de 1998**. Cria a Guarda municipal de Paranaguá e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/1998/206/2067/lei-ordinaria-n-2067-1998-cria-a-guarda-municipal-de-paranagua-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 05 fev. 2020.

PAVIANI, Jayme. Conceitos e formas de violência [recurso eletrônico]. In: MODENA, Maura Regina (org.). **Conceitos e formas de violência**. Caxias do Sul, RS: EducS, 2016. Dados eletrônicos (1 arquivo). Apresenta bibliografia.

PET COMUNIDADES DO CAMPO. **Litoral do Paraná**. Conexões de Saberes, UFPR Litoral. Disponível em: <https://petccampo.wordpress.com/litoral-do-parana/>. Acesso em: 20 set. 2022.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Tradução de Francisco Silva. Revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

PUBMED. Portal do Modelo NLM. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/>. Acesso em: 03 fev. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente).

SAQUET, Marcos Aurélio. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1.ª edição. Editora Expressão Popular, São Paulo – 2009.

SERGIPE. Ministério Público. **A vida começa quando a violência termina – 15 anos da Lei Maria da Pena**. [Sergipe]: Ministério Público, 7 ago. 2021. Disponível em: <https://www.mpse.mp.br/index.php/2021/08/07/a-vida-comeca-quando-a-violencia-termina-15-anos-da-lei-maria-da-pena/>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. **Vestir a farda: masculinidade (s) e feminilidade (s) na Polícia Militar do Paraná**. Guarapuava, 2020. Editora UNICENTRO. 252 p.: il.; 23 cm.

SCHNEIDER, Daniele – **Violência (s), Gênero e Território: Mulheres Trabalhadoras da Segurança Pública no Litoral Paranaense**. - Dissertação. -Instituição: UFPR Litoral – Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável do Paraná. 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989. Gender: a useful category of historical analyses.

SENA, De Canuto Miguel. Violência contra mulher uma questão de justiça e direitos humanos. In: SILVA; Maynara Costa de Oliveira; SIQUEIRA, Laurinda Fernanda

Saldanha (org.). **Violência doméstica e direitos humanos das mulheres** (Livro eletrônico) - 1ed. – São Luís, M: Editora Expressão Feminista, 2021.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIGNORELLI, Marcos Claudio. **Mudaram as estações... nada mudou: Profissionais do Sistema Único de Saúde e mulheres vítimas de violência doméstica no litoral paranaense**. São Paulo, 2011.

SILVA, Eduardo Pinto e. **O stress no trabalho de guardas municipais: a dialética entre o desgaste sócio institucional e o bio-psíquico**. Campinas SP, 2004.

SILVA, Joseli Maria (org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, Oséias Francisco da. **Um novo modelo de segurança para o Brasil: democrática, cidadã e humana!** São Paulo: Scortecci, 2015.

Souza, M. L. (1995). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de et al. (org.): **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SOUZA, Mirian Gomes de. **Farda também é Coisa de Mulher: Estudo de caso da divisão sexual do trabalho da Guarda Civil Municipal de Paranaguá. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Ciências Sociais. Paranaguá: IFPR, 2017.**

TEIXEIRA, Silvana dos Santos Barros. Violência Contra a Mulher: O que a política tem a ver com isso? In: SILVA; Maynara Costa de Oliveira; SIQUEIRA, Laurinda Fernanda Saldanha (org.). **Violência doméstica e direitos humanos das mulheres** (Livro eletrônico) - 1ed. – São Luís, M: Editora Expressão Feminista, 2021.

TINTI, Dione Lorena; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; JOUCOSKI, Emerson. Jovens e cultura política em Matinhos. In: DENARDIN, V. F.; ABRAHÃO, C. M. de S.; QUADROS, D. A. de. (org.). **Litoral do Paraná: reflexões e interações**. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2011. 268 p.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. 1ª Edição. Brasília – DF – 2015. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 06 set. 2020

WANZINACK, Clóvis et. al. **Homicídios de mulheres e meninas no estado do Paraná: uma análise territorial retrospectiva de 2014 a 2018**. Grajau – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável, v. 6, nº 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/issue/view/3087/showToc>. Acesso em: 14 jul. 2022.

WANZINACK, Clóvis. **Violência, território e desenvolvimento: uma proposta de análise dos homicídios do Brasil baseada nos determinantes socioambientais da saúde**. Blumenau, 2018.

WANZINACK, Clovis; MÉLO, Tainá Ribas. **Homicídio de Meninas e Mulheres no Brasil de 2015 a 2019: Território, Gênero e Raça em Pauta**. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 12, n. 1, p. 186206, 2021.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Organização e introdução de H. G. Gerth e C. Wright Mills. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1963.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo. Editora Martin Claret, 2006.

ANEXO 1 – ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM PARTICIPANTES QUE TRABALHAM NA SEGURANÇA PÚBLICA (PATRULHA MARIA DA PENHA)

Apresentação: Prezados (as), somos pesquisadoras vinculadas ao programa de mestrado da Universidade Federal do Paraná e estamos realizando uma pesquisa no litoral do Paraná com os profissionais da rede Intersectorial de serviços que atuam na Segurança Pública (Patrulha Maria da Penha) com a proposta de analisar a capacitação de profissionais para atendimento de pessoas que sofreram alguma violência. Gostaríamos de contar com sua participação, respondendo às seguintes perguntas:

QUESTÕES PESSOAIS:

1. Nome Fictício:
2. Idade:
3. Formação/ Escolaridade:
4. Estado Civil:
5. Filhos (as):
6. Religião:

QUESTÕES PROFISSIONAIS:

7. Há quanto tempo você atua como Guarda Civil Municipal? Comente um pouco sobre como foi seu processo de entrada na Segurança Pública e porque escolheu esta profissão.

8. Fale um pouco sobre a sua escala de trabalho e quais os tipos de serviço desempenha hoje na Guarda Civil Municipal de Paranaguá.

QUESTÕES PROFISSIONAIS E DE GÊNERO:

9. O que você entende por gênero?
10. Tem alguma formação específica para trabalhar com a violência de gênero?

11. Sabe se a guarda possui algum tipo de curso nesse sentido?
12. Você acha importante curso nesse sentido?
13. Se tivesse um curso nesse sentido você acharia importante fazer?
14. Quais os tipos de ocorrências que costuma atender?
15. Qual a sua postura em relação às ocorrências de atendimento à violência doméstica?
16. Como você vê a atuação da Patrulha Maria da Penha em Paranaguá?
17. Quais suas considerações sobre o serviço da Patrulha?
18. Quais sugestões você teria para melhorar a capacitação dos profissionais para o atendimento?
19. O que você acha que poderia ser melhorado em relação à Patrulha Maria da Penha para um melhor atendimento a pessoa vítima de violência?

Agradecemos sua participação!

ANEXO 2 – TERMO DE CONCORDÂNCIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO SEGURANÇA PÚBLICA

Nós, professor Clóvis Wanzinack (Administração Pública - docente da UFPR Litoral), professor Marcos Claudio Signorelli (Saúde Coletiva- docente UFPR Litoral), a fonoaudióloga Vanessa de Oliveira Lucchesi (Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável – UFPR Litoral), Mirian Gomes de Souza (Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável – UFPR Litoral), a professora Tainá Ribas Mélo (Saúde Coletiva-docente da UFPR Litoral)– da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando vocês, funcionários da Segurança Pública a participar de um estudo intitulado “Redes de atenção à violência nos municípios do Litoral do Paraná”. Com esta pesquisa espera-se conhecer as ações realizadas neste estabelecimento acerca da violência doméstica e contra a mulher e qualificá-las para melhor resolução e encaminhamentos. Investigando especificamente tais ações na rede de atenção, pretende-se obter dados que fomentem a criação e fortalecimento de políticas públicas que protejam essa população.

a) O objetivo desta pesquisa é analisar as políticas públicas de enfrentamento à violência no litoral do Paraná, assim como investigar as ações das redes de atenção, no que tange a Secretaria Municipal de Segurança

b) Caso você participe da pesquisa, será necessário:

- Responder a um questionário, com duração média de 15 a 20 minutos, onde serão perguntados dados sobre você e sua experiência profissional, além de perguntas para analisar a capacitação de profissionais para atendimento de pessoas que sofreram alguma violência.

- Caso você queira participar, você também responderá a um formulário online com questões sobre sua preparação para atender pessoas vítimas de violência.

c) Para tanto você deverá responder a mesma de forma online, no seu local de trabalho, por meio de uso de notebook, tablet ou celular, o que levará aproximadamente 15 a 20 minutos.

d) É possível que você experimente algum desconforto, principalmente relacionado a entrevista ou grupo focal, especialmente em virtude de a violência ser um tema sensível.

e) Todas as perguntas encontram-se em formulário impresso e online, os quais serão armazenados pelo pesquisador responsável, com login e senha de maneira a proteger os dados e manter confidencialidade.

f) Os benefícios esperados com essa pesquisa são que as perguntas orientam sobre aspectos importantes do atendimento a pessoas que sofreram violência. Este estudo também contribuirá para investigar em que medida as políticas públicas de prevenção e minimização da violência estão sendo efetivamente implementadas nas redes de segurança pública na territorialidade do Litoral do Paraná, e se performam abordagem interprofissional e intersetorial, conforme preconizado nas referidas políticas.

g) O pesquisador professor Clóvis Wanzinack responsável por este estudo poderá ser localizado no endereço: Rua Jaguariaíva, Tv. Caiobá, 512, Matinhos - PR, 83260-000, gabinete 06, cloviswa@gmail.com, (de todos da equipe de pesquisa) e 41 3511-8300], no horário [14h às 16h] para esclarecer eventuais dúvidas que [o senhor | a senhora | você] possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]

Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]

Orientador [rubrica]

Obs.: Estes espaços para rubricas são destinados às primeiras páginas do TCLE – não sendo necessário na última página pois já contém linha de assinatura.

h) A sua participação neste estudo é voluntária e se [o senhor | a senhora | você] não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

i) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas: professor Clóvis Wanzinack (Administração Pública - docente da UFPR Litoral), professor Marcos Claudio Signorelli (Saúde Coletiva- docente UFPR Litoral), a fonoaudióloga Vanessa de Oliveira Lucchesi (Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável – UFPR Litoral), Mirian Gomes de Souza (Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável – UFPR Litoral), a professora Tainá Ribas Mélo (Saúde Coletiva-docente da UFPR Litoral) – da Universidade Federal do Paraná. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade.

j) O material obtido – amostras biológicas, questionários, imagens e vídeos – será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado ao término do estudo, dentro de 5 anos.

k) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e [o senhor | a senhora | você] não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

l) [o senhor | a senhora | você] ao participar o estudo pode lembrar de momentos difíceis de sua profissão tendo sentimentos negativos. Caso isso ocorra, terá a garantia de que problemas como algum desconforto durante a realização de entrevista, especialmente em virtude de a violência ser um tema sensível, serão tratados por uma psicóloga da rede municipal de saúde (SUS) de Paranaguá estará disponível para atendimento gratuito, sempre que se fizer necessário.

m) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código)

n) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os

participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim. Fui informado que serei atendido sem custos para mim se eu apresentar algum dos problemas relacionados no item L.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

[Local, ___ de _____ de ____]

[Assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável Legal]

[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]

*Importante: a cada página de TCLE ou TALE deverá conter o rodapé do CEP/SD. Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR | CEP/SD Rua Padre Camargo, 285 | 1º andar | Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 | cometica.saude@ufpr.br – telefone (041) 3360-7259.

ANEXO 3 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Redes de atenção à violência nos municípios do Litoral do Paraná

Pesquisador: Clóvis Wanzinack

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 37258620.7.0000.0102

Instituição Proponente: Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.433.836

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um amplo projeto, oriundo do Setor Litoral, sob responsabilidade do Prof. Clóvis Wanzinack e colaboradores Marcos Claudio Signorelli, Vanessa de Oliveira Lucchesi, Mirian Gomes de Souza, Tainá Ribas Mélo, com coleta de dados por meio de entrevistas, grupos focais, observações naturalísticas e aplicação de questionários. O projeto também envolve formação de profissionais da rede de proteção à crianças e mulheres. A coleta de dados ocorrerá predominantemente com profissionais de Paranaguá, porém poderá envolver também usuários da rede de proteção do município.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa tem como objetivo analisar as políticas públicas de enfrentamento à violência no litoral do Paraná, assim como investigar as ações das redes de atenção, no que tange a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Segurança, assim como outras eventuais instituições que tenham em seu escopo Políticas Públicas de erradicação da violência entre os grupos mais vulneráveis. Caracterizar as ações das redes de atenção à saúde acerca da violência no litoral do Paraná, bem como investigar e disseminar as ações de formação de profissionais de saúde. Analisar o trabalho de profissionais e das instituições de Segurança Pública que atendem casos de violência, assim como

a formação e capacitação de seus agentes. Mapear e avaliar estratégias intersetoriais da rede de prevenção à violência, bem como fomentar o conhecimento das equipes interprofissionais sobre atenção às pessoas em situação de violência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa envolve riscos mínimos: lembranças negativas diante de perguntas realizadas pela equipe de pesquisa ao(s) participante(s) e identificação de algum participante quando forem publicados os dados. Contudo, os benefícios superam os riscos, uma vez que o projeto pode gerar informações para melhoria no atendimento à população quanto a prevenção e intervenção diante de casos de violência doméstica e contra a mulher. Ademais, estão planejadas ações de formação à equipe da rede de enfrentamento à violência. Por fim, as entrevistas e grupos focais podem se constituir em um momento de escuta atenta, permitindo a quem sofra ou sofreu violência de ser acolhido.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa original e revelante socialmente, com ampla coleta de dados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão adequados. Folha de rosto devidamente assinada, TCLE específico para cada participante de pesquisa, questionários e roteiro de entrevistas incluídos no protocolo e riscos mencionados no TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Favor inserir em seu TCLE e TALE o número do CAAE e o número do Parecer de aprovação, para que possa aplicar aos participantes de sua pesquisa, conforme decisão da Coordenação do CEP/SD de 13 de julho de 2020. Após o isolamento, retornaremos à obrigatoriedade do carimbo e assinatura nos termos. Qualquer dúvida, retornar e-mail ou pelo WhatsApp 41-3360-7259.

Considerações Finais a critério do CEP:

Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios semestrais e final, sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento, encerramento e destino dos conhecimentos obtidos, através da Plataforma Brasil - no modo: NOTIFICAÇÃO. Demais alterações e prorrogação de prazo devem ser enviadas no modo EMENDA. Lembrando que o cronograma de execução da pesquisa deve ser atualizado no sistema Plataforma Brasil antes de enviar solicitação de prorrogação de prazo.

Emenda – ver modelo de carta em nossa página: www.cometica.ufpr.br (obrigatório envio)

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1533560.pdf	26/10/2020 20:04:21		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_SP.docx	26/10/2020 20:04:03	Clóvis Wanzinack	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_profissionais_APS.docx	26/10/2020 19:11:17	Clóvis Wanzinack	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_grupo_focal.docx	26/10/2020 19:11:05	Clóvis Wanzinack	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CMB.docx	26/10/2020 19:10:47	Clóvis Wanzinack	Aceito
Outros	Carta_Adequacoes_Parecer.docx	23/10/2020 11:36:50	Clóvis Wanzinack	Aceito
Outros	roteiro_entrevista_APS.docx	23/10/2020 11:13:03	Clóvis Wanzinack	Aceito
Outros	roteiro_entrevista_grupo_focal.docx	23/10/2020 11:12:37	Clóvis Wanzinack	Aceito
Outros	roteiro_entrevista_CMB.docx	23/10/2020 11:12:09	Clóvis Wanzinack	Aceito
Outros	roteiro_entrevista_SP.docx	23/10/2020 11:11:30	Clóvis Wanzinack	Aceito
Outros	ConcordanciaInstituicaoCoparticipante2.Pdf	01/09/2020 18:52:24	Clóvis Wanzinack	Aceito
Outros	checklist.pdf	01/09/2020 12:28:32	Clóvis Wanzinack	Aceito
Outros	Concordanciadosservicosenvolvidos.pdf	01/09/2020 12:26:36	Clóvis Wanzinack	Aceito
Outros	ConcordanciaInstituicaoCoparticipante1.Pdf	31/08/2020 22:12:46	Clóvis Wanzinack	Aceito

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	31/08/2020 14:13:18	Clóvis Wanzinack	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	28/08/2020 16:21:49	Clóvis Wanzinack	Aceito
Outros	DeclaracaoCompromissosEquipe.pdf	28/08/2020	Clóvis Wanzinack	Aceito
Outros	DeclaracaoCompromissosEquipe.pdf	15:48:58	Clóvis Wanzinack	Aceito
Outros	CartaCEP.pdf	28/08/2020 14:50:09	Clóvis Wanzinack	Aceito
Outros	AnaliseMerito.pdf	26/08/2020 20:44:41	Clóvis Wanzinack	Aceito
Outros	AtaDeAprovacao.pdf	26/08/2020 20:43:57	Clóvis Wanzinack	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	26/08/2020 15:13:38	Clóvis Wanzinack	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CURITIBA, 02 de dezembro de 2020.

Assinado por:
IDA CRISTINA GUBERT
(Coordenador (a))

secretaria tratadas
 sequencia mecanismos recursos
 municipal jeito dificuldade maria oferta suporte
 semanal encorajassem atendimento explicar
 visão encorajassem atendimento explicar suporte
 rapidez ficasse barreiras acabou ciclo maldade
 papel fazê acumula especialistas agressor guarda teria
 daquela protetiva atender tempo efetivo saírem
 saúde palestras mulheres específicos fácil passou
 pessoa contato covid cursos projeto capacitação tema
 parada causa delegacia medida sabem casal levando visita
 paulo existe abrigar profissionais agentes frente segurança
 guardiães aumentar paranaguá ampara fiscalização
 sentiriam continuidade atendessem divulgação pegam
 vacinas importante comandante juizes quero vendo
 viaturas melhor habilitados realização
 serviço psicólogos vontade
 violência

Questão 18

profissionais
 projetos paranaguá hematoma palestras união
 sentir objetivo encaminhamento importância
 segura exorbitante anteriormente deveriam suporte
 pobres leva cidadão amparar aumentar mostre
 horizontes aplicativo violência ampliar ganho podermos
 efetivo acredita maria mulher acontece estudo peguei
 penha corpo doméstica casa amparada corra nossos
 medo pais criação melhor vítima mundo botão integrado
 precisa exame ajudando delegacia agendar equipe patrulha
 pânico enquanto após agressão atendimento mães setor
 paguei curitiba capacitação depende olhos segurança
 geralmente estruturação importante situações
 relatei independência passagem sistema
 relação

Questão 19